

Transcrito por Rafael de Souza Alberto

Arquivo: GUARAÍ

P/Mestre de Cerimônias – Senhoras e senhores, boa noite. Solicitamos aos senhores que desliguem os seus celulares ou os coloquem no modo silencioso. Neste momento damos início à Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão LT 500 kV Xingu Serra Pelada C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas C1, e SE 500 kV Serra Pelada. Por se tratar de um ambiente que reúne um número considerável de pessoas, é importante que tenhamos algumas orientações sobre segurança. Dessa forma, chamamos o senhor Fábio de Albuquerque, representante da Arte Final Comunicação, empresa responsável pela produção da audiência, para que nos informe sobre os procedimentos a serem adotados numa eventual emergência.

P/Fábio Albuquerque – Senhoras e senhores, boa noite, sejam muito bem vindos, meu nome é Fábio Albuquerque, responsável técnico pela produção do evento, algumas informações, nós temos em caso de alguma intercorrência médica, temos uma ambulância de plantão com dois socorristas para que o paciente seja encaminhado ao Hospital Regional de Guaraí, se precisarmos evacuar rapidamente o local temos duas saídas ao fundo da sala, uma saída à esquerda. Temos a nossa equipe de produção à disposição de vocês, todos que estão com essa camisa da Arte Final podem ajudá-los. Tenham todos uma boa noite, boa audiência, muito obrigado.

P/Mestre de Cerimônias – Neste momento procederemos à leitura do regulamento dessa Audiência Pública que será lida pelo senhor Matheus Barbosa, secretário executivo dessa audiência.

P/Matheus Barbosa – Boa noite a todos. Regulamento para a realização da Audiência Pública para a apresentação e discussão do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental da linha de transmissão LT 500 kV Xingu, Serra Pelada circuito 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema circuito 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas circuito 1 e subestação 500 KV Serra Pelada, data, 29 de novembro de 2018, local: câmara municipal dos vereadores do município de Guaraí, Tocantins, horário: 19 horas. Artigo I, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados na Audiência Pública para a discussão do estudo de impacto ambiental EIA e do relatório de impacto ambiental RIMA relativo ao empreendimento denominado LT 500 kV Xingu Serra Pelada circuito 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema circuito 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas circuito 1 e subestação 500 KV Serra Pelada, artigo II, os presentes a Audiência Pública deverão assinar a lista de presença. Artigo III, a audiência será constituída por uma mesa diretora e um plenário. Artigo III, a mesa diretora será composta pelo Presidente, pelo secretário executivo, pelo representante do empreendedor e por autoridades federais e as estaduais, municipais convidadas pelo IBAMA. Parágrafo primeiro, a audiência será presidida e coordenada pelo IBAMA que mediará os debates. Parágrafo segundo, caberá ao secretário executivo a coordenação dos registros presentes da Audiência Pública em lista de presença, constando nome, número do documento de identidade, telefone e instituição que representa assim como a preparação da respectiva ata. Artigo 5º, todos os documentos apresentados à mesa diretora serão recebidos mediante protocolo e juntados ao processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento devendo ser citados no decorrer da Audiência Pública. Artigo 6º, terá início

com o pronunciamento do Presidente da mesa diretora acerca dos objetivos da mesma e da sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes desse regulamento a serem observados durante a sessão. Parágrafo único, a critério do Presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa que quiserem dela fazer o uso. Artigo 7º, o IBAMA apresentará o estado do processo de licenciamento em 10 minutos, na sequência será realizada a apresentação pelo empreendedor sobre o empreendimento e seus objetivos com duração máxima de 15 minutos. Artigo 8º, a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA e do RIMA terá o prazo de 45 minutos para realizar a exposição técnica sobre os estudos envolvidos que deverá ser em linguagem clara e objetiva. Artigo 9º, será concedido um intervalo de 15 minutos para a inscrição dos debatedores podendo ser prorrogado caso seja necessário e com a devida permissão do moderador. Parágrafo único, as inscrições ao debate deverão ser feitas por escrito a partir do preenchimento do formulário próprio a ser distribuído aos presentes. Artigo 10, para a etapa dos debates a mesa terá a sua composição simplificada e será composta apenas pelo Presidente, pelo secretário, pelos representantes do empreendedor e da empresa responsável pelos estudos. Artigo 11, o Presidente abrirá os debates obedecendo rigorosamente a ordem das inscrições chegadas à mesa, podendo os questionamentos serem feitos em bloco a critério da mesa. Parágrafo primeiro, o Presidente deverá conduzir os debates com firmeza não permitindo ataques ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza. Parágrafo segundo, os esclarecimentos e ou respostas deverão ter a duração máxima de 3 minutos, tempo eventualmente prorrogado a critério do Presidente. O parágrafo terceiro, o participante inscrito poderá se for o caso solicitar esclarecimentos adicionais através de manifestação oral no tempo de 3 minutos, eventualmente prorrogado a critério também do Presidente da mesa. Parágrafo 4, os esclarecimentos adicionais solicitados deverão ter a duração máxima de 3 minutos eventualmente prorrogável a critério do Presidente da mesa, parágrafo 5º, o participante inscrito não poderá ceder o tempo para somar ou transferir para outro. Parágrafo 6º, os questionamentos ou eventuais esclarecimentos que não forem possíveis de serem atendidos terão o prazo de cinco dias para serem enviados ao IBAMA que providenciará o respectivo encaminhamento aos interessados. Artigo 12, posteriormente à realização dessa Audiência Pública será lavrada a correspondente ata sucinta que deverá ser assinada pelo Presidente e secretário, representante do empreendedor e pelas autoridades participantes se assim o desejarem, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente com os demais documentos pertinentes. Artigo 13, o encerramento será realizado pelo Presidente da mesa diretora, parágrafo primeiro, todos os documentos entregues por ocasião da Audiência Pública serão anexados ao processo. Parágrafo segundo, a mídia digital de gravação desta Audiência Pública bem como a ata transcrita serão anexados ao processo administrativo de licenciamento em curso no IBAMA por um prazo de cinco dias úteis a contar da data da realização da Audiência Pública, o IBAMA receberá comentários, manifestações e sugestões que serão anexadas ao respectivo processo administrativo de licenciamento do empreendimento em análise no IBAMA.

P/Mestre de Cerimônias – Passaremos neste momento a composição da mesa. Convidando o senhor Flávio Luiz de Souza Silveira, representante do IBAMA e Presidente desta Audiência Pública. [aplausos] convidamos o senhor Matheus Barbosa, representante do IBAMA e secretário executivo dessa Audiência Pública, [aplausos] o senhor Jell Andrade, representante do empreendedor, [aplausos] o senhor Michael Goulart, representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, [aplausos] convidamos a compor a mesa a Excelentíssima Prefeita Municipal de Guaraí, senhora Lires Tereza Feneda, [aplausos] o Excelentíssimo Prefeito de Itaporã – Tocantins, senhor José Resende, [aplausos] o Excelentíssimo

Presidente da Câmara Municipal de Guaraí, senhor Donizete Medeiros, [aplausos] registramos e agradecemos a presença do secretário municipal de administração, senhor Raimundo Pessoa, secretário municipal de agricultura e meio ambiente, senhor Marcelo Albino, [aplausos], secretário municipal de infraestrutura e obra, senhor Antônio Carlos Cruz Moura, [aplausos] passo neste momento a palavra ao Presidente da mesa para a abertura da Audiência Pública.

P/Presidente – Boa noite a todos, às 19:33 do dia 29 de novembro de 2018, eu, Flávio Luiz de Souza Silveira, representante do IBAMA declaro aberta a Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão em 500 kV Xingu Serra Pelada circuitos 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema, circuitos 1 e 2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas circuito 1 e subestação 500 kV Serra Pelada.

P/Mestre de Cerimônias – Senhoras e senhores, neste momento solicitemos que fiquem de pé para que possamos ouvir o hino nacional brasileiro.

[hino nacional brasileiro (00:11:02 à 00:14:37)]

P/Mestre de Cerimônias – Podem sentar. Passamos neste momento ao Presidente da mesa para uma palavra de boas vindas.

P/Presidente – Mais uma vez boa noite a todos, agradeço pela presença por terem se disponibilizado a participar do nosso evento, cumprimento a todos os membros aqui da mesa, em especial a Prefeita de Guaraí que está nos acolhendo hoje, o Presidente da Câmara, cumprimento e agradeço também o Prefeito de Itaporã por ter nos privilegiado aqui com a presença no nosso evento, vamos ter uma ótima Audiência. Em nome do IBAMA e da equipe técnica, da coordenação geral de empreendimentos lineares, da diretoria de licenciamento ambiental aqui presente, é com grande satisfação que estamos nesse município para conduzir a Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão 500 kV Xingu Serra Pelada, Serra Pelada Miracema, Serra Pelada Itacaiúnas e subestação de Serra Pelada. Informamos aos senhores que o objetivo principal dessa Audiência Pública nos termos do processo de licenciamento ambiental é expor aos senhores o conteúdo do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental diminuindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas, sugestões a respeito do empreendimento. A Audiência Pública será conduzida com apresentação do IBAMA no prazo de 10 minutos sobre o processo de licenciamento ambiental, posteriormente o projeto será apresentado pelo empreendedor em 15 minutos, depois a empresa de consultoria ambiental terá 45 minutos para falar sobre, mostrar e falar sobre o estudo de impacto ambiental. Após essas três apresentações a gente vai fazer um intervalo de mais ou menos 15 minutos e aí a gente retorna pra poder passar pra parte de questionamentos e discussões, então o que eu peço, que durante as três apresentações ninguém se manifeste, mas que qualquer dúvida que tiver vai anotando e depois a gente vai ter todo o momento reservado só pra fazer as discussões, tirar dúvidas, ouvir qualquer tipo de manifestação que vocês tenham em relação ao empreendimento, combinado? Agradeço a todos e vou, agora eu passo a palavra para os demais membros da mesa para poder fazer abertura, começando pelo Michael que é da empresa de consultoria ambiental.

P/Michael – Senhoras e senhores, boa noite. Desculpa. É um grande prazer está aqui, o objetivo da Audiência Pública, como foi mencionado pelo Flávio, é apresentar o projeto de estudo de impacto ambiental, mas mais do que isso uma oportunidade da população se manifestar e participar do processo de licenciamento

ambiental. Então dito isso, eu cumprimento a todos novamente, aos demais membros da mesa, em nome da Senhora Prefeita de Guaraí e espero que a gente tenha um ótimo ambiente de discussão, de complementações, considerações, obrigado, uma boa noite a todos.

P/Presidente – Passo agora para o senhor Jean Andrade, que representa a Sterlite.

P/Jell Andrade – Boa noite a todos, meu nome é Jean Andrade, eu sou diretor do projeto do novo estado pela Sterlite e gostaria de dizer que é um prazer estar aqui hoje em Guaraí, me sinto muito honrado em estar representando a minha empresa diante de vocês e, sobretudo por poder falar um pouco do nosso projeto, que é o projeto Novo Estado e aproveito até pra dizer o porquê que chama projeto Novo Estado, justamente por causa do estado do Tocantins, é uma forma também de homenagear o estado de Tocantins, apesar do projeto passar no estado do Pará e também Tocantins. E nas pessoas, da Excelentíssima Prefeita Lides Fernaldo, Excelentíssimo Prefeito, José Resende e do Excelentíssimo Presidente da Câmara dos vereadores aqui de Guaraí, senhor Antônio Donizete Medeiros, gostaria de cumprimentar a todos e agradecer pela presença de todos aqui hoje, obrigado.

P/Presidente – Passo a palavra agora para o Presidente da Câmara de Guaraí, senhor Donizete Medeiros.

P/Donizete Medeiros – Boa noite a todos. Sejam todos bem-vindos. Cumprimentar a prefeita Lides, nossa prefeita de Guaraí. Cumprimentar todos da audiência, na pessoa do presidente do IBAMA e cumprimentar o prefeito de Itaporã. Dizer que é uma grande satisfação colaborar com esta Audiência Pública tão importante para o nosso município, que vai falar dos benefícios, mas também do que pode causar no nosso estado. Então é muito importante que cada um preste atenção, para fazer seus comentários, suas sugestões, seus questionamentos sobre a Audiência. Eu agradeço a presença de cada um e boa noite.

P/Presidente – Passo a palavra agora ao Prefeito de Itaporã, José Resende pra fazer a abertura.

P/José Resende – Boa noite a todos, em primeiro lugar agradecer a Deus por esse momento, quero cumprimentar aqui a todos que se fazem presente, eu fiz todo um esforço pra vir aqui nessa audiência e trouxe também o diretor de agricultura que é um proprietário por onde vai passar o linhão, e secretário de planejamento, o Leandro, Adriana, então é pra ter o conhecimento e pra eles passarem também para os proprietários o que pode acontecer, né. Eles vão ouvir de vocês aqui e passar para todos os proprietários lá, porque a nossa gestão é assim: nós sempre dedicamos e estamos presentes em tudo. E quero agradecer a cada um de vocês, muito obrigado. Tenham uma boa noite.

P/Presidente – Obrigado e passo a palavra agora finalmente para a Prefeita de Guaraí, que vai fazer as palavras e a leitura dela.

P/Lides Fernaldo – Eu cumprimento a equipe do IBAMA, o representante da Sterlite, bem como a equipe da Arte Final, o Presidente da Câmara de Vereadores de Guaraí, Donizete Medeiros, bem como o Prefeito de Itaporã e todos os que estão aqui presentes. Que toda a equipe e a plateia seja bem-vinda e que nós tenhamos uma noite de muitas informações em relação a esse novo empreendimento que passa pela área do nosso município e outros municípios vizinhos e no nosso estado do Tocantins. O meu boa noite a todos.

P/Presidente – Obrigado pelas palavras, eu esqueci de mencionar uma coisa, a gente está discutindo, vai

apresentar e discutir hoje o estudo de impacto ambiental, depois durante as apresentações o pessoal vai explicar melhor o que é o conteúdo. Então ele, uma vez que ele é aceito pelo IBAMA, a gente distribui nas prefeituras, em alguns outros órgãos públicos que tem a ver com o processo e hoje a gente tem cópia dele ali na entrada, tá gente? Quem não teve oportunidade ainda de ver e conhecer o que é estudo, durante o intervalo, se quiser, fica convidado a manusear e dar uma olhada no documento que a gente tem ali em uma mesinha na entrada, tá joia? Obrigado.

P/Mestre de Cerimônias – Registramos e agradecemos ainda a presença do vereador Miquéias Feitosa. Neste momento convidamos os senhores e senhora a desfazer a mesa. Convidamos neste momento o representante do IBAMA para que apresente no prazo de 10 minutos o processo de licenciamento da LT 500 kV Xingu Serra Pelada C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas C1 e SE 500 kV Serra Pelada.

P/Samuel Couto Menezes – Pessoal, boa noite a todos né, primeiramente. Meu nome é Samuel Couto Menezes, eu trabalho no IBAMA e como o tempo é curto eu vou apresentar de forma bem resumida o que é o licenciamento ambiental, quais são as etapas dele e a função, envolvimento do IBAMA nesse processo e porque a gente tá aqui hoje pra discutir isso com o empreendedor. Esse número aqui, processo IBAMA 02001 (em referência ao número do processo 02001.002698/2018-51), ele é importante vocês terem anotado caso no futuro vocês queiram fazer alguma denúncia ou pedir uma vista do processo, consultar o andamento do processo, então esse número aqui é o número do processo dessa linha de transmissão no IBAMA, tá ok? Bom, primeiramente eu vou falar o que é o licenciamento ambiental. Ele é um procedimento administrativo e o objetivo dele é autorizar né, a instalação, operação, ampliação de qualquer obra, qualquer construção que possa vir a degradar o meio ambiente, tem o potencial poluidor. O objetivo dele qual que é? Administração pública através do licenciamento ambiental, ela tem o maior controle sobre as ações dos empresários que possam vir a causar danos ao meio ambiente e o objetivo do licenciamento é conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental, né? Bom, aqui tem a legislação pertinente ao assunto, o primeiro de todos é a constituição que determina que nós todos e as gerações futuras tem direito a um meio ambiente equilibrado, é que até a política nacional do meio ambiente tem duas resoluções do CONAMA sobre o licenciamento, instruções normativas do IBAMA, a lei complementar 140 que versa sobre atribuições do IBAMA, tem a portaria do Ministério do Meio Ambiente e também uma portaria interministerial. Como o tempo é curto eu não vou entrar em cada um não. Bom, responsabilidades. Isso daqui são órgãos que são envolvidos no processo de licenciamento. O Ministério do Meio Ambiente ele dita diretrizes da política do Meio Ambiente, o IBAMA executa, só que como cada empreendimento tem características diferentes, muitas vezes o IBAMA tem que entrar em contato com os órgãos intervenientes, alguns casos, a FUNAI, outros casos o IPHAN, quando tem componente quilombola, Fundação Palmares, se passar em uma unidade de conservação tem que entrar em contato com o ICMBio e também os órgãos estaduais de Meio Ambiente participam do processo, as prefeituras, o Ministério da Saúde no caso do empreendimento atravessar regiões que tenha algumas doenças endêmicas. Bom e aqui eu vou falar mais ou menos sobre o andamento, as etapas do processo de licenciamento. Primeiro de tudo a LP que a gente chama né, é a licença prévia, o que é a licença prévia? A licença prévia é quando o IBAMA, ele vai avaliar os impactos ambientais, ele vai ver a viabilidade ambiental do empreendimento, ele vai ver por onde passa o traçado do empreendimento, vai ver os impactos que vão ser gerados na região tanto positivos quanto negativos e no final ele vai ver se é viável

ambientalmente esse empreendimento. Sendo viável ele emite a licença prévia. É importante ressaltar que a licença prévia pessoal, ela não autoriza ainda a construção de nada, é só um atestado de viabilidade do empreendimento. Depois de emitida a licença prévia, o empreendedor vai apresentar um chamado plano básico ambiental, são diversos programas que vão ser implantados na região para reduzir, mitigar aqueles impactos que foram levantados no EIA que é o estudo de impacto ambiental que é apresentado antes da LP, então na licença de instalação, antes da licença de instalação, ele vai apresentar os programas para mitigar aqueles impactos que foram detectados anteriormente. Pois bem, alô? Ah, tá funcionando. Após o plano básico ambiental ser apresentado e o IBAMA ver que está tudo correspondente, que os planos ambientais ali visam realmente mitigar as, como é que eu posso falar? Os... Mitigar os problemas anteriores, então é emitida a licença de instalação. A licença de instalação permite que o empreendedor comece a construção, comece a obra, não operar, é só a construção mesmo e depois que emitiu a licença de instalação, durante a construção o IBAMA, ele fiscaliza e controla pra ver se o empreendedor realmente está cumprindo com aqueles programas que eles comprometeram no PBA, no plano básico ambiental. Realmente se o empreendedor tiver atendendo tudo, todos os programas, então é emitida a licença de operação. Que é a LO. A LO, aí sim ele pode começar a operar, no caso aqui a transmitir energia, né. Detalhe, pessoal, que em todas essas licenças existem condicionantes. O IBAMA emite a licença para o empreendedor, mas condiciona a certos fatores, por exemplo, empreendedor, você é, tá aqui licença prévia, eu sei que você tem que atender isso, isso e isso. Na LI a mesma coisa, então sempre ocorre aquela fiscalização e controle e o objetivo é sempre impactar o menos possível o Meio Ambiente. Aqui é sobre o que eu já expliquei né, a licença prévia, na licença prévia que o IBAMA vai analisar a viabilidade ambiental, como que ele faz isso? Ele faz isso analisando o estudo de impacto ambiental né, o EIA, que o empreendedor apresenta e também através do que é discutido em Audiência Pública, então ele vai analisar o EIA e o que é discutido na Audiência Pública dá ao IBAMA a base para analisar e decidir sobre a emissão da LP. Aqui licença de instalação que eu já mencionei, o PBA, o plano básico ambiental também já mencionei, licença de operação que eu também já mencionei anteriormente, que é a última licença e aqui vou falar resumidamente sobre as etapas da fase de LP, da primeira fase. Bom, tudo começa quando o empreendedor ele protocola um documento no IBAMA chamado FCA, ele preenche o protocolo no IBAMA, FCA é ficha de caracterização da atividade. Lá ele diz, a atividade que vai ser desenvolvida né, a obra no caso, o traçado dela, onde ela vai passar, se vai atingir a área indígena, que distância passa de uma área quilombola, por exemplo, depois dessa FCA protocolada, o IBAMA, caso necessário, entra em contato com os órgãos intervenientes, FUNAI, IPHAN e o IBAMA vai emitir um termo de referência, termo de referência é o documento onde o IBAMA diz: empreendedor, o estudo de impacto ambiental que vocês vão ter que me apresentar tem que ter isso, isso e isso. Então depois o termo de referência emitido pelo IBAMA, o empreendedor vai apresentar um EIA, só que esse EIA tem que conter o que o IBAMA está pedindo no termo de referência. Se tiver contendo tudo o que o IBAMA pediu, o IBAMA aceita esse estudo né, realiza a Audiência Pública, que é o que a gente tá fazendo aqui, é bastante importante, porque através da análise do EIA, mais da realização de Audiência Pública, é como o IBAMA vai saber realmente os impactos que vão ter naquela região, o que pensa né, como se manifesta a população que vai ser afetada, então as Audiências Públicas são importantíssimas por causa disso. Muitas vezes são necessárias complementações aos estudos né e por fim depois do EIA apresentado, analisado e depois as realizações das Audiências Públicas, o IBAMA emite um parecer técnico, esse parecer técnico pode ser deferindo ou indeferindo o pedido de licença prévia. E quem pode solicitar uma Audiência Pública, pessoal? Quem pode é o órgão licenciador, o IBAMA, Ministério

Público, entidades civis, e ou 50 cidadãos ou mais, tá? E qual é a importância da Audiência Pública? A Audiência Pública é muito importante, por quê? É o momento de vocês conhecerem de forma mais detalhada as características do empreendimento, conhecer o projeto, escutar sobre o projeto, e mais importante ainda, escutar sobre os impactos negativos e positivos que vão atender as populações ali afetadas. E também pessoal, agora é à hora de tirar dúvida, se manifestar, trazer sugestão, trazer críticas. Esse daqui é o histórico do processo, o histórico do processo desse linhão, tá? Ele foi aberto em janeiro desse ano, 2018, o TR, que é o termo de referência que eu falei pra vocês, foi emitido em maio, ele foi protocolado em julho, foi protocolado o EIA/RIMA que é o estudo de impacto ambiental em julho e quando foi em setembro, o IBAMA tinha aceitado o EIA/RIMA e publicou que o EIA/RIMA ia ser disponibilizado em alguns lugares para consulta como as prefeituras. E já em novembro, início de novembro teve a publicação das datas e dos locais das Audiências Públicas. Ações em andamento, pessoal, são as audiências que a gente já realizou e que iríamos realizar, a primeira dia 26 foi em Novo Repartimento/PA, dia 27 Curionópolis também no Pará, e essa aqui tá sendo a última em Guarái hoje, dia 29. Pessoal, os contatos no IBAMA, a diretora de licenciamento no IBAMA, em Brasília, Larissa Carolina Morim dos Santos, tá, eu tenho o contato dela, a coordenadora geral de licenciamento ambiental de empreendimentos lineares é a Claudia, Claudia Giane da Silva Barros e o IBAMA Tocantins temos o contato do Flavio Luiz de Souza Silveira, ele é responsável pelo núcleo de licenciamento ambiental do IBAMA Tocantins, então esse daqui é o contato do pessoal do IBAMA. Acabou, é isso, obrigado, viu pessoal? [aplausos]

P/Mestre de Cerimônias – Convidamos agora o representante da Sterlite Novo Estado Ltda. para que apresente no prazo de 15 minutos o projeto do LT 500 kV Xingu Serra Pelada C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Miracema C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada Itacaiúnas C1 e SE 500 kV Serra Pelada.

P/Interlocutor não identificado – Obrigado. Vou simplificar o nome do projeto, vou chamar o projeto de Novo Estado, tá ok? Não vou repetir de novo tudo isso, não sei nem se eu sei isso de cor, mas eu sei, com certeza a gente sabe. Mas hoje então eu gostaria de falar um pouquinho com vocês sobre o que é o projeto do Novo Estado. O projeto do Novo Estado é um projeto de transmissão de energia que começa desde o estado do Pará, perto da cidade, município de Anapu na subestação de Xingu, passa para uma outra subestação que é uma subestação nova em Serra Pelada, o nome da subestação fica no município de Curionópolis no Pará também e vai até o município de, até a subestação de Miracema no município de Miracema no Tocantins. Além disso, tem a outra, um outro tramo da linha que deriva saindo da nova subestação, que é a subestação de Serra Pelada e indo até a subestação de Itacaiúnas, como nós vamos ver depois no mapa, no município de Marabá. Bom, a Sterlite, a Sterlite é uma empresa indiana, 100% de capital indiano, ela atua já na Índia fazendo projetos de transmissão. Na Índia nós temos 12 projetos, sendo seis já totalmente executados e outros seis em execução. E a Índia, como a gente pode imaginar pelas informações que são veiculadas, é um país que têm grandes desafios também em infraestrutura de forma muito similar ao Brasil. Além disso, a gente guarda várias outras similaridades com a Índia em termos de diversidade cultural, em termos de diversidade religiosa, em termos de diversidade étnica também. Então a Sterlite vem para o Brasil e ela vem trazendo esta experiência que ela tem na execução desse tipo de projeto na área de energia. No Brasil, a Sterlite chegou em abril de 2017. Nós participamos do primeiro leilão da ANEEL naquela data e saímos vencedores com dois projetos, um no estado de Pernambuco, que já está em fase adiantada de implementação, que se chama projeto Arcoverde, o outro projeto é no Rio Grande do Sul para o qual nós já temos a licença de instalação também já emitida, que

é o projeto de Vineyards, e o terceiro projeto que a Sterlite ganhou aqui no Brasil foi no leilão de dezembro de 2017 que é o projeto de Novo Estado. Além disso, a Sterlite também participou do leilão de junho de 2018 onde nós ganhamos mais seis projetos, ou seja, no Brasil a Sterlite está executando nove projetos e isso em 11 diferentes estados. No caso do estado, do projeto de Novo Estado, nos estados do Pará e no estado do Tocantins. Esses nove projetos da Sterlite eles correspondem a 30 subestações que serão expandidas. Além disso, nós iremos construir novas subestações em um total de 10, sendo uma delas a subestação de Serra Pelada. Esses projetos todos correspondem a aproximadamente 3.800 km de linha de transmissão, sendo que quase 50% disso em um total de 1.800 km aproximadamente é o projeto de Novo Estado. Nós estamos hoje com o contingente da ordem de aproximadamente 100 pessoas espalhados nos diversos projetos, mas principalmente concentrados em São Paulo, onde é a sede da empresa, e o projeto de Novo Estado pra nós é o projeto de maior investimento. Antes de eu falar um pouco mais sobre o projeto, e dar uns detalhes a mais sobre o que é o projeto do Novo Estado, eu gostaria de falar um pouco sobre como é organizado o sistema elétrico brasileiro. O sistema elétrico brasileiro, ele é organizado em setores, então nós temos três setores, o primeiro setor é o setor da geração, é onde nós temos as usinas hidrelétricas como tem aqui no estado do Tocantins, temos as usinas térmicas, as usinas, as fazendas eólicas, os parques eólicos e os parques solares. Esse é o setor de geração. Depois, pra levar essa energia que é gerada nas usinas até os grandes centros consumidores, e possibilitar depois um outro trabalho que vem na sequência, nós temos o setor de transmissão, que faz a transmissão da energia em alta voltagem. No caso do nosso projeto de Novo Estado, nós vamos estar transmitindo a energia a uma voltagem de 500 mil volts. Para que a gente possa comparar a energia que chega até a nossa casa, chega por volta de 220 volts. Então, o setor de transmissão é o segundo setor, e ele não tem nada a ver, em termos de organização, em termos de participação das empresas, com o setor de geração e como a gente vai ver, nada a ver com o setor de distribuição, são setores estanques. E o setor de distribuição é o setor que pega então essa energia que é transmitida em alta voltagem pelo setor de transmissão e vai fazer um rebaixamento dessa energia elétrica através das subestações. Então nas subestações, algumas subestações se prestam esse tipo de finalidade e que reduz a energia de 500, 230 mil volts até chegar na energia que é consumida no comércio, na indústria e nas residências, esse é o setor da distribuição, ok? Dito isso, podemos falar um pouco mais sobre o projeto em si de Novo Estado. O projeto então, nós ganhamos no leilão da ANEEL de dezembro de 2017, ele começa aqui no estado do Pará na subestação do Xingu localizado no município de Anapu, então nós percorremos da ordem de 437 km até chegar até a subestação de Serra Pelada que é uma subestação nova e depois da ordem de 410 km da subestação de Serra Pelada até a subestação de Miracema, já no estado de Tocantins. Além disso, nós temos uma outra derivação entre a subestação de Serra Pelada e a subestação de Itacaiúnas que está localizada no município de Marabá. Todo trecho que vai desde Xingu até Miracema, é em circuito duplo, é por isso que a gente vê aí escrito aí C1 e C2, são duas linhas de transmissão paralelas ao longo de todo esse trecho. Então, de uma forma geral, nós temos quase 1.000 km de linha, é um dos maiores projetos de linha de transmissão em corrente alternada no Brasil. Continuando, as cidades que vão ser afetadas, nós temos 11 municípios que vão ser afetados pelo projeto no estado do Pará e outros 11 no estado do Tocantins. Começando com Araguaína, Pau D'arco Arapoema, Bernardo Sayão, Pequizeiro, Itaporã, Guaraí, Fortaleza do Taboão, Rio dos Bois, Miranorte e Miracema do Tocantins. Esses são os 11 municípios que, no estado do Tocantins, vão estar impactados, de alguma forma, pela passagem do projeto no seu município. O objetivo principal do projeto, é bem importante que todos nós compreendamos isso, é a transmissão da energia que é gerada na Usina de

Belo Monte. Então nós vamos estar levando essa usina, esse é o objetivo principal, levando a energia gerada aí até a subestação de Miracema e existe um outro projeto que vai, que já está sendo construído também, que vai levar a energia da subestação de Miracema até o nordeste brasileiro. Logicamente o fluxo inverso também é possível, nós pegamos a geração eólica e a geração solar dos estados do nordeste, ela pode vir suprir as necessidades de energia futuras tanto aqui no estado do Tocantins quanto no estado do Pará, ok? Esse é o objetivo principal do projeto. Se nós conseguimos então implementar essa fase que estamos agora de licenciamento de forma com sucesso, a nossa intenção é começar as obras de construção efetivamente a partir de abril do ano que vem e nós pretendemos estar com um projeto totalmente concluído até junho de 2020 da ordem de 14 meses de execução, tá ok? Nesse projeto nós vamos instalar mais ou menos 4 mil torres, com a quantidade total de 32 mil km de cabo condutor. Então é realmente um projeto de grandes proporções e de grande importância para a região e para todo o Brasil. Bom, em termos de pessoal né, que será entregue no projeto, nós temos da ordem, esperamos ter no pico do projeto da ordem de 7.800 pessoas trabalhando. Logicamente essas 7.800 pessoas vão estar distribuídas ao longo do projeto nos 22 municípios que serão impactados pelo mesmo, ok? As empresas que vão participar do projeto, que vão nos ajudar, ajudar a Sterlite Power, a construir e a implementar o projeto são as seguintes, a primeira que pega no trecho da subestação de Xingu até o rio Itacaiúnas está sob a responsabilidade da empresa SBEI e SK e ela tem canteiros, vão ter canteiros nas cidades de Anapu, Pacajá, Novo Repartimento, Itupiranga e Marabá. Por outro lado a Tabocas vai executar o projeto desde o rio Itacaiúnas até a subestação de Miracema, ela tem um pedaço no estado do Pará que pega toda a porção do projeto no estado do Tocantins e nós estamos prevendo, a Tabocas está prevendo ter canteiros, aqui no estado de Tocantins, em Arapoema, Bernardo Sayão, Tabocão e Miranorte. A terceira empresa é a SAE Towers que vai executar o projeto, a linha de transmissão que sai da subestação de Serra Pelada e vai até a subestação de Itacaiúnas, no município de Marabá. Além disso, nós temos a construção da subestação nova que é a subestação de Serra Pelada, além da extensão das três outras subestações: subestação do Xingu, subestação de Itacaiúnas e a subestação de Miracema, que está sendo expandida já neste momento. Então quem vai ficar responsável pela construção das subestações, são duas empresas: a Cobra e a ABB. Eu gostaria de falar com vocês agora um pouquinho sobre faixa de servidão. A faixa de servidão é uma faixa de terra que está abaixo dos cabos e ela tem por finalidade dar segurança tanto na fase de construção quanto na fase de operação e manutenção do projeto. E é nessa faixa de servidão que são executados todos os trabalhos, tanto os de construção quanto o de futuro a manutenção e operação de todo o projeto, ao longo da sua vida útil. No nosso caso, como eu falei, entre Xingu e Miracema, a subestação de Xingu e a subestação de Miracema, nós temos um circuito duplo, então as torres vão estar distantes, as duas linhas estão distantes de 60 metros, além disso, de cada lado eu vou ter outros 28 metros de servidão, totalizando 116 metros de servidão para as linhas de circuito duplo. Entre Serra Pelada e Itacaiúnas eu tenho um circuito simples e, portanto só uma faixa de 55 metros de servidão. Então essa questão da servidão, ela implica em obrigações e direitos, principalmente do lado do proprietário, dos proprietários, quanto também do lado do empreendedor. Quais são os direitos então do proprietário? O primeiro direito é receber uma compensação justa pelo incômodo de estar passando a linha de transmissão na sua propriedade. Além disso, ele também tem o direito de ter reparado todos os eventuais danos que a construção venha trazer ou que o projeto venha trazer aos seus bens a sua propriedade. Por outro lado ele tem a obrigação de permitir o acesso às nossas equipes e de ceder a terra em servidão para a construção. Um ponto extremamente importante: o proprietário, continua dono da terra, então aqui não há nenhuma transferência ou desapropriação, é uma

servidão, então existem outras atividades como a gente vai ver no slide seguinte que vão poder continuar a ser executadas normalmente sem problema nenhum nesta área. Por outro lado, a Sterlite tem também seus direitos e suas obrigações. Qual a obrigação da Sterlite? É compensar de forma adequada e justa, pelo valor da servidão, fazer os reparos por eventuais danos, zelar pelo bem do proprietário e nós vamos ter que tem aí um telefone, é o 0800 002 0246 em que você, de qualquer um ao longo da execução do projeto se sentir que tem algum problema, que tem alguma questão, pode fazer o uso desse número para poder deixar o seu recado e a sua solicitação e também nós vamos zelar muito pelo respeito aos proprietários. Um dos valores da Sterlite é justamente a questão do respeito. Falando um pouco agora sobre o que é permitido ou não na faixa de servidão. Na faixa de servidão é permitido fazer pequenas culturas, ou culturas não muito altas até 6,5 metros, por exemplo. Isso tranquilamente para onde nós temos aqui várias áreas afetadas com a cultura do cacau, não tem tanto impacto para essa cultura. Podemos fazer também a irrigação de pequeno porte, transladar usando implementos agrícolas, também é permitido como tratores, é permitido fazer cerca e nós vamos garantir o aterramento das mesmas para que não tenha nenhum problema elétrico, é possível também transitar sobre a linha de transmissão na faixa de servidão e também usar a área para pastagem. O que não é permitido? O que não é permitido é fazer fogueiras ou queimadas, isso é proibido, afeta o funcionamento da linha de transmissão, é proibido ter qualquer tipo de construção, civil, de baixo das linhas, na faixa de servidão, não se pode usar faixa de servidão para eventos recreativos, como, por exemplo, aqui soltar pipa, nem para o cultivo de árvores de grande porte, também não é permitida a instalação de mecânica ou elétrica sob a linha de transmissão e nós não podemos permitir também o plantio de cana de açúcar. Basicamente essas são as informações que eu gostaria de compartilhar com os senhores hoje, aqui está o telefone que eu mencionei, nós vamos falar várias vezes nesse telefone ao longo da nossa apresentação e ele é importante que cada um de vocês tome nota do mesmo, porque ele pode ser usado por vocês a qualquer momento. Eu agradeço imensamente pela atenção de todos e ficarei aqui depois pra poder responder as perguntas que vocês tiverem sobre o projeto. Muito obrigado. [aplausos]

P/Mestre de Cerimônias – Convidamos neste momento o representante da consultoria ambiental para que apresente no prazo de 45 minutos os estudos ambientais realizados para o empreendimento em questão.

P/Michael Goulart – Senhoras e senhores, boa noite de novo. Bom, me apresentando novamente, meu nome é Michael Goulart, sou diretor técnico da Ambientare, e vim hoje aqui pra falar um pouquinho com vocês a respeito dos estudos ambientais do projeto Novo Estado. Esse empreendimento de transmissão que é composto aí pelas linhas de transmissão de 500 kV Xingu Serra Pelada, Miracema, Serra Pelada Itacaiúnas e implantação da subestação de Serra Pelada. Bom, falando um pouquinho mais, né, já foi falado pelo Samuel sobre o processo de licenciamento ambiental, mas explicando um pouquinho mais. Como foi dito, nós temos três licenças ambientais: a licença prévia, a licença de instalação, a licença de operação, que elas andam em conjunto com as fases de maturação do projeto. Então, desde a fase de planejamento, construção, até a sua efetiva operação. Então, a primeira licença é a licença prévia, em que são elaborados os estudos ambientais, no caso desse empreendimento é um estudo de impacto ambiental, e a gente tem aqui um momento que nós estamos hoje que é de Audiência Pública. Se esse empreendimento, ele for viável do ponto de vista ambiental e social, ou seja, os impactos positivos e as medidas de controle que tem que ser apresentadas aqui no EIA/RIMA para os impactos negativos forem suficientes, ele então, é emitida a licença prévia. Na fase seguinte, todas as medidas que foram apresentadas aqui no EIA/RIMA para diminuir impacto, elas são detalhadas na

forma de programas ambientais. Esses programas ambientais que vai garantir que a obra uma vez emitida à licença de instalação, ela seja realizada com a maior sustentabilidade possível. Concluindo então a execução da obra, é solicitada a licença de operação. Tendo sido todos os programas ambientais corretamente executados, o órgão ambiental, o IBAMA no caso emite licença de operação. Bom, como é feito um estudo ambiental? Como foi mencionado já, os estudos eles são elaborados a partir de um documento chamado termo de referência, que é emitido pelo órgão licenciador e esse documento indica quais são os estudos que tem que ser realizados, ou seja, o que tem que ser estudado na área, na região onde você pretende implantar o projeto. Basicamente nós temos quatro grandes etapas aí na elaboração do estudo ambiental. A primeira etapa, que foi inclusive apresentada pelo Jell Andrade, é a caracterização do empreendimento. Então é aquela etapa onde o empreendedor, ele apresenta todas as características do projeto. No caso do projeto do Novo Estado, qual a extensão da linha, onde que ela se localiza, quantas torres, qual o cronograma de obras, de que forma isso vai ser executado? Em paralelo, nós fazemos o diagnóstico ambiental da região onde se pretende implantar o projeto. E o que é esse diagnóstico ambiental? É o estudo de toda a região, tanto do meio físico que é composto aí pelos elementos físicos da paisagem, então, por exemplo, os solos, o relevo, a qualidade do ar, a qualidade da água, os componentes bióticos que a gente chama a fauna né, os animais e vegetação, a flora, e o componente socioeconômico que é composto pela população, que é a principal interessada nesse projeto. Quando a gente avalia então as características da região onde a gente pretende implantar o empreendimento com as ações que são necessárias para essa implantação, a gente consegue identificar alguns impactos ambientais, tá? Esses impactos, eles podem ser impactos positivos e/ou impactos negativos. Para os impactos negativos é importante que a gente apresente medidas para controle ambiental ou preferencialmente para evitar que esse impacto ocorra. Caso a gente não consiga evitar que esse impacto ocorra, é necessário propor um outro tipo de medida que a gente chama de medida de compensação ambiental, então se eu não consigo evitar o impacto eu vou compensá-lo. Os impactos positivos, eles também podem ser propostas, para esses impactos também podem ser propostas medidas que vão aumentar, potencializar o efeito positivo. Esse conjunto de medidas então, ele tá dentro dos programas ambientais que conta também com o monitoramento ao longo de toda etapa de obras. Bom, a localização do empreendimento como já foi explicitado, a linha de transmissão começa na subestação de Xingu, atravessa aqui, intercepta 22 municípios até a subestação de Miracema e o outro segmento da linha sai da subestação de Serra Pelada, vai até Itacaiúnas. Aqui é mais para dar um detalhe né, esses municípios circulos aqui foram os municípios onde nós realizamos as audiências públicas e aqui tá o município de Guaraí em Tocantins. Bom, como que a gente chega na localização desse empreendimento? O Jell mencionou que a Sterlite foi ganhadora do leilão em dezembro de 2017. O que é esse leilão de energia? O governo, ele estuda as necessidades de energia, de transmissão de energia para o país inteiro, e a partir desse estudo junto com a ANEEL e outras instituições, ele define quais são as regiões que precisam de reforço na transmissão. Então, essa linha vermelha aqui que os senhores conseguem ver é o traçado original que foi apresentado pela ANEEL nesse leilão, então a ANEEL já nos disse que esse traçado seria o traçado preferencial e outra condicionante que eles colocaram, aqui dá pra ver um pouco mais de detalhe, é que essa linha, ela tinha que ficar obrigatoriamente a uma distância mínima de 1,5 km nos dois linhões que já passam aqui na região, que é Xingu Rio e a Belo Monte Transmissora de Energia. A partir então dessas definições, nós estudamos melhorias desse traçado para, por exemplo, reduzir a extensão da linha de transmissão como aqui no caso, Itacaiúnas, onde você tem a redução, essa linha azul aqui foi o traçado final que nós optamos, ou em outras situações tentar diminuir um pouco o

impacto ambiental do projeto evitando atravessar áreas de vegetação, são essas áreas verdes aqui, mas bem preservadas. Bom, uma vez definimos então a localização do empreendimento, a próxima etapa é o que? É estudar a região onde a gente pretende implantar e como que a gente fez isso? Nós definimos áreas de estudo. Essas áreas são aqueles locais dentro de uma paisagem, de uma região muito grande que nós entendemos como necessárias de serem conhecidas. Então para os meios físicos e biótico né, que eu já expliquei pra vocês o que é, nós definimos que a área de, a região onde nós iríamos estudar é uma região no entorno do traçado a uma distância de 5 km para cada lado da linha. Por que esses 5 km? Esses 5 km, ele é indicado pela própria legislação como potencial área de impacto indireto e nós entendemos que os impactos do empreendimento não extrapolariam essa distância. Mas como a gente sabe que os impactos, eles ocorrem mais próximos do empreendimento, nós definimos também uma área de estudos que a gente chamou de área de estudo local. Essa área de estudo local é o entorno de 500 metros a partir da linha onde nós fizemos estudos, inclusive indo a campo pessoalmente para verificar e estudar a região. No caso aqui estudar a fauna e a flora e os aspectos de meio físico que eu já tinha mencionado. No meio socioeconômico, obviamente que a primeira área de estudo que nós tínhamos de pensar são os territórios dos municípios que são interceptados pelo projeto, então a nossa área de estudo mais ampla é todo o território municipal. Da mesma forma, pra fazer um estudo mais localizado, mais próximo da área mais sujeita a impacto, nós definimos também uma faixa aí de 500 metros a partir da linha de transmissão. Bom, o diagnóstico ambiental, o estudo da região onde você pretende implantar, ele é, se os senhores tiverem a oportunidade e quiserem conhecer como é o EIA/RIMA, o documento final, vocês vão ver ali fora, é um documento bastante extenso, o diagnóstico ambiental por si só ocupa mais de 600 páginas dentro do estudo, então obviamente que não daria para discorrer aqui sobre todos os resultados, mas vamos apresentar um pouquinho de cada um dos meios. Então sobre o meio, primeiro falando um pouquinho mais sobre como nós coletamos os dados, então a metodologia a partir de dois tipos de levantamento. O primeiro é levantamento de dados secundários, esses dados secundários, a gente faz uma busca na literatura científica ou pesquisamos estudos que já foram realizados na região e também em sites oficiais do governo, que disponibiliza a informação sobre os municípios. Então, por exemplo, o IBGE, Agência Nacional de Mineração, o ICMBio, que foi mencionado, a Agência Nacional de Águas enfim, uma série de sites na internet, são informações oficiais e válidas que a gente a partir dessa consulta a gente consegue conhecer um pouquinho melhor a região. Os dados primários que foram, dados primários são aqueles dados que são coletados, que são verificados em campo né. No caso lá, nós fizemos aquela faixa de 500 metros para todos os, para o meio físico, meio biótico e meio socioeconômico, mas para as comunidades, para as populações, além dessa faixa de 500 metros, nós visitamos também todas as comunidades e todas as sedes urbanas. Então como que foi feito esse levantamento aí nessas comunidades, em sedes urbanas. Junto com a liderança comunitária, os representantes de escolas, unidade de saúde, organizações sociais e também fizemos pesquisa de opinião. Então esse conjunto de métodos aqui foi o que nos proporcionou conhecer um pouquinho melhor da região e aí como que a gente fez então a avaliação de impactos? Essa daqui é uma resolução que foi citada em uma apresentação do IBAMA, CONAMA 01 de 86 que ela atribui para cada impacto ambiental um conjunto de características né. Por exemplo, se o impacto ele é direto, se ele é indireto, se ele é reversível, se ele é irreversível, e a área de abrangência desse impacto, por exemplo, se ele é um impacto local ele tá restrito a faixa de servidão que foi mencionada pelo Jell, que é o espaço onde as obras efetivamente vão ocorrer, então o impacto local é aonde tem interferência direta pelo empreendimento ou se é no entorno, aí pode ser uma faixa que vai de 500 metros a 2 km, então depende de até onde que o impacto vai, ou regional quando a área

supera essa faixa aí de 500 metros. Quando a gente estuda todos esses atributos, todas essas características, a gente chega a duas qualidades aqui do impacto que é a importância e a magnitude. A importância o próprio plano já diz né, se esse impacto ele é relevante, se ele não é, e a magnitude é o tamanho desse impacto. Quando a gente avalia isso em conjunto a gente tem a significância do impacto, vocês vão ver isso um pouquinho melhor quando chegar lá, mas basicamente a gente avalia se o impacto ele é significativo, se ele é marginal, se ele é menos importante ou se ele é não significativo que aí são impactos que tem pouca probabilidade de ocorrer e tem pouco efeito também sobre os meios físicos, bióticos e socioeconômicos. Um pouquinho de resultado aqui sobre meio físico né, então é um empreendimento que tem uma linha de transmissão muito grande, extensão aí quase 1.000 km, são dois circuitos, então são quase 2.000 km aí a gente tem realmente uma variação muito grande de relevo desde área mais planas, principalmente áreas de planície fluviais próximas aos rios, aqui, por exemplo, próximo daqui em Conceição do Araguaia a gente tem o Rio Araguaia, então tem uma planície maior, e a gente tem também áreas de relevo mais ondulado, algumas serras, algumas montanhas, principalmente na região ali de Serra Pelada no estado do Pará. O solo dominante aqui é um argissolo amarelo, um solo profundo bem drenado né, o que quer dizer que a água consegue penetrar bem no solo, e a gente vê em algumas regiões também esses afloramentos rochosos né. Então as rochas saem da superfície e ficam evidentes dessa forma. Esse conjunto de situações aqui, a consequência disso é que nós não temos muita ocorrência natural de erosão, o que é um processo erosivo, uma erosão? São aquelas, aqueles sucros, aqueles buracos feitos aí na paisagem em função da passagem da água principalmente em áreas onde a vegetação foi retirada, aqui no caso é uma área de pastagem. E é o que a gente pode ver aqui, todo, esse aqui é um gráfico mostrando como que é a probabilidade de surgir erosão na região. Então a gente tem aqui, 57 + 32, então quase 90% da região está entre medianamente estável a moderadamente estável. Ou seja, é uma área um pouco mais regular, com menos propensão a ter essas erosões. Com relação aos recursos hídricos superficiais, então por serem empreendimentos muito grandes, ele intercepta dezenas, algumas, talvez até centenas de cursos d'água de drenagens, mas um ponto importante a esclarecer é que o impacto por si só é muito pequeno ou pouco relevante, por que? Porque não se instala nada dentro do rio, então normalmente se instala uma torre em uma margem e outra torre em outra margem e as empresas, elas são obrigadas, a ter um cuidado especial nessa região, porque são áreas protegidas, são áreas de preservação permanente. Aqui alguns cursos d'água principais, aqui o rio Araguaia e nós estamos atravessando aqui ao longo de todo o traçado sete sub bacias hidrográficas. Bom, outro tema muito relevante é o estudo das cavidades naturais que são as grutas e cavernas. Por que é importante? Essas áreas, além de elas serem formações geológicas e geomorfológicas muito raras e sensíveis, elas são protegidas por lei. Então nesse caso o que nós fizemos? A gente já sabia que toda, grande parte da linha tem médio a alto potencial de ter essas cavernas, então nós fomos a campo e levantamos ao longo de toda extensão nesses 500 metros a presença de cavidades, e o que nós encontramos, principalmente aqui na região de Serra Pelada? Encontramos 17 cavidades, algumas estão próximas que estão a cerca de 10 metros da linha de transmissão, outras estão um pouco mais distantes, só que o fato de elas estarem dentro, tão próximas da linha, fez com que a gente também tivesse de elaborar um estudo que é exigido pela legislação, que o órgão que analisa esse estudo na verdade é o ICMBio, e nós fizemos esse estudo chamado de estudo de valoração, que ele mostrou que todas as cavidades que nós encontramos são esses pontinhos azuis aqui nessa figura e aqui nessas figuras laterais, elas têm baixa relevância. Apesar de ter baixa relevância, ainda assim não vai haver impacto sobre essas formações, porque nenhuma torre vai ser plotada, vai ser construída em cima de cavidade e nenhum acesso também.

Bom, com isso nós chegamos então aos impactos de meio físico. Aqui nós temos o nome do impacto, a fase em que ele ocorre, a abrangência e o programa ambiental relacionado, o programa ambiental, vocês devem se lembrar o que é, aquele conjunto de medidas feitas, propostas para reduzir, controlar e monitorar os impactos. Então a gente tem como vocês podem observar, a maioria dos impactos do meio físico ocorre na fase de implantação, por que? É exatamente quando o empreendedor e a empreiteira vai chegar na região, vai remover o solo, limpar o solo, vai fazer a escavação e vai implantar as torres. Nesses impactos, um impacto de destaque, como eu falei, as cavidades, as cavernas são áreas protegidas, então existe uma interferência potencial sob o patrimônio espeleológico. É potencial porque a gente já sabe que não vai ter nenhuma estrutura, mas é importante, existe alguma probabilidade de ter alguma interferência, então é importante que a gente faça uma conservação ou um monitoramento dessas áreas ao longo das obras. Outros impactos que estão aqui muito relacionados né a etapa de obras, então você tem movimentação de máquinas, de equipamentos, você tem revolvimento da terra. Então o que acontece, pode alterar a qualidade do ar, gerar poeira, essa poeira principalmente próximo das frentes de obra, então restrito aí a uma área no entorno, algo entorno de 200, 500 metros, você tem geração, aumento do nível de ruído também nas proximidades, as proximidades de canteiro também, você tem aí às vezes instalação, aceleração de processos morfoodinâmicos, isso nada mais é do que aquelas erosões que eu mencionei. Mas dois pontos importantes, o primeiro que são impactos que basicamente ocorrem na fase de implantação, e nós temos muitas medidas pra poder fazer a minimização e evitar esse impacto. Uma primeira medida é implantação do programa ambiental da construção em que são apresentadas para as construtoras que realizarão a obra, as diretrizes ambientalmente adequadas para executar aquela obra, e isso vai ser fiscalizado por um programa de gestão ambiental e aqui eu destaco também como já foi apresentado um número de 0800 e vai existir, existe um programa de comunicação social, que é o canal da população com o empreendedor e que, além dessa fiscalização que nós já faremos aqui, é importante também que qualquer pessoa que se sinta prejudicada pela obra, faça também uma denúncia, faça uma reclamação. Então, além disso, como o programa final aqui né, de importância final, é que todas as áreas que serão interferidas para se implantar o empreendimento, se após concluída a obra ela não for utilizada para instalação de uma estrutura, por exemplo, uma torre, obrigatoriamente ela tem que ser recuperada e essa recuperação ela vai de acordo com o uso do solo que estava anteriormente. Então se era uma área de pastagem, tem que ser plantada a pastagem conforme o proprietário solicitar. Passando agora para o meio biótico, o estudo da fauna e da flora, antes da gente iniciar o estudo, é fundamental que a gente faça um reconhecimento de como é a paisagem onde a gente vai estudar. Esse reconhecimento, ele é feito através de um estudo que a gente chama de estudo de uso e ocupação do solo, então a gente verifica por meio de imagem de satélite e às vezes visitas em campo, como que tá a região. E o que nós encontramos aqui? A gente vê, aqui é uma área de pastagem, aqui é um gráfico mostrando como é o uso de ocupação do solo, toda essa parte marrom aqui, 53% de toda nossa área de estudo é formada por pastagem. Mas nós temos ainda 39% de formações florestais e 7% de formações savânicas que são as formações de cerrado que é o tipo de vegetação mais comum aqui no estado de Tocantins e aqueles 39% de florestas e 7%, onde que eles estão distribuídos ao longo da paisagem? Nós temos várias áreas ainda preservadas ao longo da linha, mas principalmente em áreas protegidas que a gente chama de unidade de conservação. Essas áreas, elas são protegidas por lei e qualquer interferência ou impacto teria de se fazer um estudo específico e apresentar para o ICMBio que é o órgão gestor. E aqui a gente vê que todas as unidades de conservação que estão próximas do projeto não interferem ou não são interferidas, não estão dentro da nossa área de estudo de 5 km. A unidade

mais próxima é a flora de Carajás que tá a 19 km da linha. Um pouquinho aí do estudo da flora, né, então como eu falei nós fomos ao longo de toda linha buscar as áreas mais preservadas e cada pontinho que vocês estão vendo aqui é o que a gente chama de parcela amostral. Ou seja, foi uma pessoa lá, uma equipe e estudou como é a vegetação. Pra vocês terem uma ideia do tamanho do estudo, foram quase 180 parcelas de amostragem. Aqui são as vegetações típicas que a gente encontra né, as áreas de floresta formada pela floresta ombrófila densa, que é aquela mata alta, aquela mata amazônica que a gente chama, tá sempre verde, não perde uma folha ao longo do ano e a savana arborizada que é a área de cerrado bastante comum aqui na região. Aqui alguns dados, então nós encontramos 919 espécies, quase 10% aí espécies endêmicas, o que são espécies endêmicas? São aquelas que ocorrem associadas a um bioma. Aqui no caso a gente tem a Amazônia e tem o cerrado. Algumas espécies protegidas né, 15 espécies e 76 espécies ameaçadas de extinção. E aqui um destaque: nós temos um levantamento bastante grande, temos algumas áreas preservadas, mas a interferência que vai ser causada pelo empreendimento, vai ser extremamente pontual. O mínimo necessário à implantação do projeto, ou seja, onde tem praça de torre, obviamente que toda a área que a torre ocupar tem que ser cortada, mas onde tem o cabo, essa interferência vai ser o mínimo necessário pra passar aquele cabo. Da mesma forma no estudo de fauna, nós fizemos aí, escolhemos algumas áreas, então foram nove áreas pra se fazer o estudo, os três grupos foram estudados aqui, os mamíferos, as aves e a herpetofauna, que a gente chama, é composta pelos répteis e anfíbios, então mamíferos, 94 espécies, oito endêmicas, que são aquelas espécies típicas de um bioma, dez ameaçadas, aqui tem até uma aqui que é o Tamanduá, Grupo das aves, é o grupo que a gente tem maior facilidade de identificar em campo, então por isso essa diferença grande do número de espécies, então são mais de 400 espécies de aves, 15 endêmicas, 20 ameaçadas e os anfíbios, a herpetofauna um pouco menos espécies, porque são espécies, são grupos mais difíceis de serem encontrados em campo. Bom, chegamos então aos impactos do meio biótico. Ou seja, impacto sobre a fauna e sobre a flora, cinco impactos, mas um destaque: o impacto sobre a fauna e a flora é decorrente de uma ação principal, que é o que? A remoção da vegetação que a gente chama de supressão vegetal pra se fazer a obra né. Então essa supressão vegetal obviamente que na área onde foi cortada a vegetação, você vai estar, vai ter a perda daquela cobertura vegetal. Essa perda de cobertura vegetal ela vai impactar também, gerar perda e alteração do habitat terrestre, o que é o habitat? É o local, o conjunto de condições que a fauna precisa para viver, então é o local de alimentação, de reprodução, de refúgio. E como é que a gente faz pra poder mitigar, minimizar esses impactos? A perda de cobertura vegetal nativa, ela é inevitável, ou seja, a gente não tem como não fazer supressão da vegetação, mas a gente pode através do programa de supressão vegetal definir, determinar quais são as áreas que serão cortadas e cobrar, e fiscalizar para que somente as áreas necessárias sejam cortadas. Um ponto importante: toda madeira cortada em uma propriedade, ela preferencialmente é doada ao proprietário que pode fazer o uso dela, seja uso local, ou seja, para comercialização. Se for interesse comercializar, obviamente que tem que seguir com um processo de licenciamento específico que é conduzido pelo próprio proprietário. Bom, então a gente evita cortar, antes de executar a supressão da vegetação, uma equipe de biólogos vai a campo e faz o resgate da flora, então aquelas espécies de plantas, por exemplos, as epífitas como as orquídeas e as bromélias ficam no alto das árvores, elas são resgatadas e são realocadas, são colocadas em outras áreas fora daquela região que vai ser cortada. Além disso, são coletadas também sementes, essas sementes vão virar mudas e essas mudas podem ser ou doadas pro proprietário ou serem utilizadas na recuperação de áreas degradadas em complemento ao que eu falei anteriormente. Um ponto importante, já que eu não tenho como diminuir o impacto da perda de cobertura vegetal e nem da perda de habitat

terrestre, porque a região que foi cortada, ela foi cortada e não vai poder crescer mais, eu vou fazer a compensação ambiental através do programa de reposição florestal. Como o próprio nome diz, reposição da floresta. Então para cada um hectare, pelo menos outro hectare, a cada um hectare de vegetação nativa cortado, pelo menos mais um hectare tem que ser ou reflorestado ou conservado. Outro ponto importante, às vezes pode ocorrer acidentes com a fauna durante a etapa de supressão da vegetação e pra isso a gente conta com um programa também de afugentamento e resgate da fauna, então outra equipe de especialistas vai a campo e garante que esses animais não serão machucados, e ao longo de todo esse processo, durante o período de obras, a gente tem o monitoramento da fauna. Falando um pouquinho agora sobre o diagnóstico socioeconômico, os 22 municípios presentes na nossa área de estudo tem uma população, aproximadamente aí quase 800 mil habitantes, mais de 70% dessas pessoas, dessa população está nas áreas urbanas que é comum, é o que se observa cada vez mais as pessoas estão se concentrando nas cidades. O saneamento básico, ele ainda é pouco desenvolvido na maioria das cidades, então na média a gente tem mais de 60% ainda utilizam o abastecimento de água individual e não fornecido pelo município, o esgotamento sanitário também ainda pouco extenso, grande parte, quase 90% usando fossa rudimentar, então sem coleta de esgoto. Os resíduos sólidos também ainda pouco coletado. Ponto importante, tanto a saúde público quanto a educação, nos municípios a gente tem as unidades básicas, a gente tem escola de nível primário, às vezes fundamental, mas os municípios de referência continuam sendo aqueles que vão receber essas demandas que a gente chama de demanda reprimida. Outro ponto importante sobre as doenças endêmicas, então o levantamento que nós fizemos entre 2006 e 2012, 41 registros de febre amarela, 578 casos de malária, aqui na verdade é um município paraense também no Tocantins e a gente desenvolve em função da localização do empreendimento que tá na Amazônia Legal, a gente tem de fazer um estudo junto à secretaria de vigilância e saúde, que é o estudo avaliação do potencial malarígeno, então através desse estudo é feito um levantamento em campo da ocorrência dos mosquitos vetores da malária e também um levantamento epidemiológico, que é verificar o número de casos da doença em cada município e como o município trata e qual a infraestrutura desses municípios. A partir desse diagnóstico então, é realizado, é elaborado um plano de ação de controle da malária que é desenvolvido junto com os municípios, então existem reuniões que a gente chama de reuniões de pactuação em que o empreendedor, ele apresenta ao município contrapartida para auxiliar os prefeitos, as prefeituras a combater essa doença. Aqui ilustrando um pouquinho sobre as comunidades em torno da LT, então nós temos 40 comunidades, cada pontinho rosa aqui é uma comunidade, tá? Algumas estão muito próximas dali, distante a mais de 400 metros, algumas estão mais distantes, mais de 7 km, mas independente de não estar naquela faixa de 500 metros que nós definimos como a área de estudo local, nós visitamos todas essas comunidades. Aqui alguns registros né, então o posto de saúde, aqui como é feito grande parte do abastecimento de água, então um preço raso, padrão construtivo dos domicílios, nessas comunidades é mais simples do que nas sedes urbanas, aqui mostrando como é a gestão de resíduos sólidos, como a coleta é pouco eficiente, então a prática de queima é comum e aqui algum aspecto um pouquinho aí mostrando os aspectos sócio produtivos, então gado, as pastagens são bastante comuns na região, plantio de milho em Curionópolis, aqui no comércio, coleta de leite e aqui são sedes das associações de moradores de algumas que nós visitamos. Além dessas 40 comunidades, nós temos projetos de assentamento que são áreas territoriais aí estabelecidas pelo governo na década de 70 para incentivar a colonização no interior do país e ao longo dos 22 municípios que o empreendimento intercepta a gente tem 254 projetos de assentamentos, são todos esses recortes aqui de cores diferentes que vocês estão vendo. Desses 254 onde está em amarelo aqui, são aqueles que têm o

território interceptado pelo empreendimento, tá? Mas apesar de ser interceptado não existe nenhuma comunidade que tenha área de convivência de moradia ou de convivência comunitária interceptada. As comunidades tradicionais, como foi mencionado aí pelo Samuel, à gente tem os indígenas e os quilombolas remanescentes de quilombo, nós temos na região, mais na verdade, mais para o estado do Pará do que no Tocantins, a gente tem terras indígenas, porém a terra indígena mais próxima está a 12 km da linha de transmissão. Se nós tivéssemos alguma terra indígena em um raio de 8 km, nós teríamos de fazer um estudo específico do componente indígena para avaliar esses impactos e aí o órgão que avalia esse tipo de estudo de impacto é a FUNAI e não o IBAMA. Quanto aos quilombolas, nós também temos algumas comunidades remanescentes de quilombos, mas todas a uma distância superior a 45 km da linha de transmissão, então não existe impacto. Da mesma forma se tivesse a um raio inferior a 8 km a gente deveria, teria que fazer um estudo específico, estudo do componente quilombola pra ser apresentado junto da Fundação Cultural Palmares. Bom, os impactos sobre o meio socioeconômico, aqui essa cor azul são aqueles impactos que são significativos, a cor verde os impactos marginais e insignificantes em cor cinza, não tem aqui nesse quadro. Então, primeira coisa, o primeiro impacto né de destaque, como o Jell falou, o empreendimento ele trará certamente benefícios e empregos para a região, para todos os municípios onde o projeto irá ser instalado. Quando você traz emprego para a região, obviamente você vai gerar renda para aquela população que estava desocupada. Qual que é a consequência disso? Além de você ajudar essas pessoas a ter um padrão de vida melhor, elas vão também consumir. Quando você tem renda, você tem consumo. Qual que é a consequência do aumento da renda? É também o aumento de consumo e a movimentação, dinamização da economia regional. Ou seja, aquele trabalhador empregado, ele vai passar a consumir, ele vai movimentar o comércio e gerando oportunidades pra empresas que já funcionam na região, às vezes contratar mais pessoas ou aquelas pessoas que enxergam que está chegando o empreendimento, você vai ter pessoas trabalhando de abrirem novos negócios, né? Então a gente tem o trabalhador correndo, consumindo na região e a gente tem ainda que a própria empresa, obviamente, é preferencial você contratar a sua mão de obra, o seu insumo, o seu serviço localmente, porque o custo é menor e é mais prático né, você tem, é menos complexo. Quando você aumenta o consumo e você contrata pessoas da região, você também vai aumentar a arrecadação tributária referente a esse consumo. E o que a gente pode fazer? São impactos positivos, a gente pode aumentar esse efeito positivo através de alguns programas né, então, por exemplo, o programa de seleção e capacitação de mão de obra, então os trabalhadores que forem selecionados pra trabalhar no empreendimento, eles serão capacitados e a intenção é que se contrate o máximo possível de trabalhadores localmente. O empreendedor, ele vai desenvolver também um programa de aquisição de insumos, então dentro do seu devido tempo vai ser divulgado a lista de materiais, de serviços, tudo o que será utilizado nas obras e em contato com as prefeituras, com as associações comerciais e cooperativas, entender quais são aqueles insumos que serão necessários, cadastrar os fornecedores para que eles possam vir a fornecer. Tanto a divulgação né do que pode ser comprado do serviço necessário quanto a divulgação da contratação das vagas disponíveis, vai ser feito através de uma articulação com vários, várias entidades e o programa de comunicação social. Então antes mesmo de começar qualquer obra, vai ser feito uma campanha, vão ser visitados municípios, as comunidades, informando que a obra irá começar e que existem essas demandas aqui. Outro ponto importante aqui, o impacto de abrangência regional, na verdade é nacional, que é fortalecimento do sistema interligado nacional, então existe essa demanda necessária, essa demanda de expansão da transmissão, vai ser um impacto bastante positivo também. Outros destaques, nós temos interferência no tráfego rodoviário, então apesar de a

maioria dos acessos já serem existentes, apesar de nós não termos comunidades muito próximas da linha, pode haver uma interferência de tráfego em função aí do transporte de equipamentos, de maquinário, pra isso a gente vai precisar bastante de comunicação social, de educação ambiental, então informar à população que aquele acesso vai ser utilizado. A empreiteira, ela precisa também cuidar para que o trânsito, o tráfego nesses acessos, ele seja feito de forma responsável e com respeito aos moradores. Então principalmente em regiões mais sensíveis, por exemplo, próximo a escolas, é importante que se tenha um controle, se tenha medidas de redução de velocidade. Outros impactos importantes aqui, a gente tem alteração da paisagem, interferência em uso e ocupação do solo, então como já foi mencionado pelo Jell, você vai implantar torres de transmissão em uma propriedade rural que nunca teve uma torre, né? Então obviamente que aquela paisagem, ela vai mudar e alguns usos do solo poderão ser restritos. Mas quando a gente observa o tipo de atividade econômica que é desenvolvido na região tanto no Pará quanto aqui em Tocantins, a gente não vê um conflito muito grande e todas as interferências serão compensadas né, como já foi falado, através do programa de estabelecimento da faixa de servidão administrativa. Então isso já está acontecendo, já existem equipes do fundiário percorrendo as propriedades, conversando com os proprietários e eles fazem uma avaliação do valor de compensação a ser pago, e é um valor que é pago individualmente, depende do tipo de benfeitoria, depende da extensão, do percentual de interferência da linha naquela propriedade, então esse preço é dinâmico e é tratado individualmente com cada proprietário. Outro ponto importante né, às vezes a gente tem interferências no cotidiano da população, a presença de veículos circulando, de pessoas diferentes circulando, e às vezes a gente sabe que pode ter relações pouco aceitáveis, então pra isso a gente vai ter dentro do programa de comunicação social e de educação ambiental, o estabelecimento para todos os trabalhadores de um rígido código de conduta, inclusive a informação, sensibilização e treinamento da forma de se comportar e de se relacionar com a comunidade. Obviamente que para evitar isso daqui, nós voltamos no tema anterior que é vamos contratar o máximo que for possível em cada região. O último destaque aqui é o aumento da demanda para serviços públicos, então eventualmente a mão de obra que chegará de fora, principalmente nas etapas mais finais da obra quando a mão de obra é mais especializada, ela pode potencialmente gerar uma demanda de serviço público, principalmente que a gente fala na área de saúde, mas pra isso a gente tem frentes de atuação, então primeiro, a parte de doenças endêmicas a gente tem todo o trabalho que tá sendo desenvolvido junto à secretaria de vigilância e saúde, então o empreendedor ele pactua com os municípios formas de apoio para minimizar esse impacto potencial. Com relação a doenças ocupacionais do trabalho, acidentes de trabalho, todos os canteiros de obra terão ambulatórios e obviamente qualquer coisa que exceda um atendimento primário a ambulatório, certamente é um caso de mais gravidade que vai ter que ser encaminhado para municípios de maior suporte, então a gente espera que essa demanda seja pequena e que não vá comprometer ou complicar enfim o dia a dia das pessoas, porque também na contratação, principalmente para essas doenças endêmicas né, vai ser necessário rígido de contratação de mão de obra com exames admissionais, o exame da gota espessa pra ver se a pessoa tem malária ou não e todos os trabalhadores vão estar sempre sendo treinados por meio do programa de educação ambiental aos trabalhadores para a prevenção aí de outros tipos de doença. Bom, dentro do que a gente conclui, nós buscamos executar os estudos ambientais seguindo estritamente o termo de referência proposto pelo IBAMA, buscamos avaliar todos os impactos socioambientais a partir da interação entre as características do projeto com a região onde a gente pretende implantar o empreendimento, lembrando que essas medidas na etapa que nós estamos, é pra discussão da viabilidade socioambiental, elas são medidas conceituais, inclusive

esse momento de Audiência Pública, ele é importante pra isso. Pra que a gente consiga discutir e às vezes sendo necessário propor novas medidas no acordo com todo mundo. Por fim a gente conclui que o empreendimento ele é viável do ponto de vista socioambiental desde que seja implantadas todas as medidas propostas. Aqui a gente tem o número do 0800 que eu falei a ouvidora, a linha verde do IBAMA e agradeço a todos a atenção e a disposição pra responder perguntas, obrigado. [aplausos]

P/Mestre de Cerimônias – Com muita satisfação registramos e agradecemos a presença do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rio dos Bois, senhor Moacir Oliveira, a presença do secretário municipal de administração, também de Rio dos Bois, o senhor Olívio Francisco dos Santos, a presença da secretária municipal de Meio Ambiente, senhora Claudiene Silva Brito, também de Rio dos Bois. Passamos mais uma vez ao Presidente da mesa.

P/Presidente – Obrigado. Agradecer a presença das autoridades que chegaram um pouco depois, então agora gente, fizemos as três apresentações, a primeira fase da Audiência Pública são as apresentações, agora a gente vai fazer aquele intervalo, tá? Durante o intervalo gente, vai ter o pessoal de apoio com o formulário pra quem quiser fazer qualquer participação, qualquer pergunta, tirar dúvida ou manifestação sobre o empreendimento, você tem que se inscrever via formulário, tá? Lembrando que tudo o que for perguntado aqui hoje, discutido, vai para o nosso processo de licenciamento, então é importante que seja feito o registro da pergunta. Ela pode ser feita de duas formas, se você quiser falar no microfone, você vai preencher aqueles dados de identificação e aí você vai só colocar a pergunta oral, aí à medida que eu for chamando, eu te chamo, o pessoal leva o microfone pra você fazer a sua manifestação ou se você quiser fazer só a pergunta por escrito, aí eu vou fazer a pergunta aqui e redirecionar pra quem, dos integrantes da mesa que vão responder, combinado? Então quem quiser se manifestar, por favor, se inscreva, o pessoal tá aí. Nesse prazo a empresa tá oferecendo um lanche para o pessoal ali fora, então vocês vão lá lanchando e procurando o pessoal de apoio pra se inscrever, tá joia? Daqui a pouco a gente retorna, obrigado.

P/Mestre de Cerimônias – Senhoras e senhores... Senhoras e senhores, passamos ao segundo ato dessa Audiência Pública, convidamos para compor a mesa o senhor Flávio Luiz de Souza Silveira, representante do IBAMA e Presidente desta Audiência Pública. Convidamos o senhor Matheus Barbosa, representante do IBAMA e secretário executivo desta Audiência. O senhor Jell Andrade representante do empreendedor e o senhor Michael Goulart representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais e neste momento passamos a palavra ao Presidente da mesa.

P/Presidente – Pessoal, então vamos retomar a reunião passamos para a fase agora de questionamentos e esclarecimentos. Então eu estou com mais ou menos 15 a 20 perguntas aqui, a gente só responde as perguntas de quem de fato está no plenário, tá? Se a pessoa fez a pergunta e saiu, a gente não faz. Então vai funcionar o seguinte: eu chamo a pessoa, o pessoal de apoio passa o microfone se ele for fazer pergunta oral e a gente vê quem da mesa aqui vai responder, tá joia? O microfone tá no jeito aí? Beleza. Senhor Luiz Antônio Delevatti?, tá aí? Ele é morador de Guarai. Pergunta oral.

P/Luiz Antônio Delevatti – Boa noite a todos, o meu questionamento foi comentado mais cedo sobre as áreas de reserva que podem ser suplantadas para a instalação da linha né, o meu questionamento é como essa reposição vai ser feita, se em parceria com o produtor e como vai ser feita essa etapa.

P/Michael Goulart – Desculpe, eu perdi o seu nome. Luiz, o programa de reposição florestal né, como eu tinha explicado, o objetivo dele é compensar a supressão da vegetação. Então a gente tem duas alternativas, ou conservar uma área pra isso, obviamente que a busca são áreas próximas ou adjacentes à unidade de conservação ou fazer o reflorestamento, o local onde será feito esse reflorestamento, é claro que ele tem que ser feito junto com os proprietários, preferencialmente. Por exemplo, se você tem a propriedade rural, ah, foram suprimidos dois hectares, a gente tem que fazer essa reposição florestal e você tem, por exemplo, uma nascente na sua propriedade, você gostaria de reflorestar, é só você indicar a área pra gente, a gente faz um georreferenciamento e todas as áreas que são reflorestadas, as propostas são encaminhadas para o IBAMA, o IBAMA aprova, aí a gente executa. Então se o questionamento for nesse sentido, olha, eu tenho uma área que eu gostaria de reflorestar, sim, pode ser feito, não tem o menor problema, tá?

P/Presidente – Esclareceu? Só um minutinho. Vou passar para o Udo que também é representante do empreendedor, que vai complementar.

P/Udo Gebrath – Seu Luiz, toda área de reserva legal que por ventura vem a ser suprimida, a mesma poligonal, a mesma área de supressão que foi feita, ela vai ser compensada, ela vai ser averbada para o senhor pra fazer essa compensação, que eu sei que vocês têm no cadastro ambiental rural muito provavelmente aí as áreas de reserva legal já averbadas e se a gente vai abrir como se fosse uma clareira, vamos dizer que eu tenho uma distância ali com o cabo passando em cima da reserva legal, se fosse o caso, e eu tivesse que suprimir a vegetação ali. Essa vegetação que foi suprimida, a gente vai dar todo o suporte para que ela seja substituída em outro local. Isso pode funcionar ou isoladamente em uma outra área dentro da sua propriedade se for o caso, se tiver área disponível, ou o que é comum também em linha de transmissão, até em função da extensão da linha, é a gente fazer um, como se fosse um consórcio, então a gente pega o somatório de todas as áreas de reserva legal que foram suprimidas ao longo da linha de transmissão e, mediante a aprovação do órgão licenciador, a gente cria bolsões de reflorestamento compensando a supressão nas reservas legais da propriedade e cuidando da averbação dessa reserva legal, dessa nova área criada no cadastro ambiental rural pra não ter nenhum prejuízo para os proprietários no sentido de redução da área de reserva legal por conta do empreendimento que passou, essa responsabilidade, ela é toda do empreendedor se isso vier a acontecer, mas a gente tem tomado muito cuidado em relação ao projeto pra evitar o máximo que isso aconteça. É como o Michael falou na apresentação dele, a gente tomou alguns cuidados na definição do traçado da linha de transmissão pra evitar ao máximo a sobreposição com áreas de reserva legal, áreas de APP e áreas de vegetação, principalmente em estado primário ou secundário avançado, as áreas mais bem preservadas, mas acontecendo isso a gente vai cuidar de toda a regulamentação vamos dizer assim da nova área para que a gente faça averbação dessa compensação que foi suprimida numa outra área ou isoladamente ou dentro desse, vamos chamar assim, um condomínio que acabaria recebendo esse aporte, essas reservas legais que foram suprimidas ao longo da linha.

P/Presidente – Passando agora, senhor doutor Carlos Cruz Moura, secretário de infraestrutura de Guarai.

P/Carlos Cruz Moura – Boa noite a todos. Eu quero fazer, (ininteligível) o questionamento, por exemplo, há 1,5 km acho que dessa nova linha que vai passar aqui, passou outro linhão em relação à empresa, à Tabocas, acho que justamente a empresa que vai continuar com o este outro, ela, esse linhão que passou, eles não, acho que não passou no município de Colmeias, se não me engano, mas eles preferiram se instalarem em Colmeias,

o que acontece, usaram muito as nossas vicinais, as nossas estradas na zona rural ali, quer dizer, e houve uma recompensação de melhoria nessas estradas. Quer dizer, a parceria com o município de Guaraí não houve nem a parte de empreendimento se instalar em Guaraí, né e eles além de usarem as nossas estradas vicinais e não houve aquela recompensação, quer dizer, a gente procurou eles, eu tive lá em Colmeias conversando com o pessoal da empresa, juntamente com o nosso secretário de meio ambiente e eles assim não foi satisfatório o atendimento deles com o município, deixou bastante a desejar. E nós temos visto aqui que novamente eles já vão se instalar no Tabocão. Não tenho nada contra ao Tabocão, acho que dessa vez vai passar no Tabocão né, quer dizer e outra vez, já não preferia se instalar em Guaraí e pelo que eu sei mais ou menos, dessa vez vão usar mais ainda as estradas nossas. Eu quero saber se tem uma fiscalização, com quem que a gente pode conversar sobre isso, para que a gente possa, por exemplo, nós tivemos, teve alguns locais, algumas pequenas pontes que eles passaram com um maquinário pesado e depois aquelas pontes não suportaram mais, aí nós estamos passando hoje até por dentro d'água, quer dizer, assim, eu como secretário de obras e infraestrutura do município, gostaria de saber com quem que a gente pode conversar em relação a isso para que essa parceria possa mudar dessa vez, ok? Obrigado.

P/Presidente – Vamos lá... Senhor Antônio. Agradeço pela contribuição, um dos impactos mais recorrentes que a gente vê na parte de construção de linha é esse problema de danificar a infraestrutura de estrada, de ponte, colchete, porteira, cerca, e a gente conta a participação de vocês pra poder ajudar a gente a cobrar isso. Você falou de outro empreendimento, a Sterlite não tem nada a ver, mesmo que a empreiteira seja a mesma, ela não tem nada a ver com esse passivo que ele deixou, mas eu peço que o senhor, como o representante da prefeitura, da secretaria, pode entrar em contato com o IBAMA, manda um ofício pra gente reclamando disso aí, que eu localizo qual que é o processo exatamente pra estar falando e a gente cobra do empreendedor, não da Tabocas, que ele faça os reparos. Aí eu vou pedir o pessoal da Sterlite pra falar sobre o compromisso deles, como que eles vão tratar essa questão que a gente espera que não tenha esse tipo de problema.

P/Jell Andrade – Ok, Flavio. Obrigado pela oportunidade do Sr. Antônio. Enfim, realmente essa é uma pergunta recorrente em todas as outras duas Audiências, também esse tipo de questionamento foi levantado e o nosso posicionamento é o seguinte: as empresas que vão estar executando tem obrigação de deixar na mesma situação ou em uma situação melhor todos os aparelhos ou todos os acessos e todas as pontes que eles venham a utilizar para a construção do empreendimento. Então o que nós vamos fazer? Tá acordado já com eles, inclusive logicamente com a Tabocas, um levantamento prévio de todos os acessos, de todas as pontes que serão utilizadas durante a fase de construção, nós vamos fazer uma caracterização da situação em que nós vamos encontrar esses acessos e essas pontes, vamos indicar quais são as melhorias que serão necessárias, caso seja aplicado, que serão implementadas para que possibilite o uso adequado dos acessos e das pontes e depois de ser usado, depois da conclusão nós temos obrigação de deixar nas mesmas condições em que nós encontramos ou que nós já melhoramos no início, antes de melhorar os trabalhos. Isso vai ser compartilhado com os municípios, com a municipalidade e registrado em cartório. E depois, o que nós propusemos nas outras duas cidades, nós vamos estar propondo também de uma forma geral, é que a gente tenha um acompanhamento periódico da evolução do uso destes recursos, dos acessos e das pontes. Então isso, com acompanhamento também do IBAMA. Então esse é o compromisso que nós temos, já acordado com as empresas, já acordado com a Tabocas neste caso, é esse o procedimento que a gente vai implementar.

P/Michael Goulart – Bom, complementando a fala do Flavio e do Jell, senhor Antônio, durante a fase de obras, a gente tem um dos programas principais é o programa ambiental da construção justamente das diretrizes ambientais adequadas para as empreiteiras efetuarem as obras, e uma dessas diretrizes, obviamente, é a manutenção dos acessos da trafegabilidade dos acessos, ou seja, que não dificulte a utilização pela população. Então esse é um primeiro aspecto, vão existir equipes de acompanhamento da situação dos acessos, das áreas de (ininteligível). A gente tem aí programa de comunicação social com o 0800, então qualquer problema que algum proprietário tiver, ele pode fazer um registro, uma reclamação e ao final das obras quando a gente solicita licença de operação, é encaminhado para o IBAMA um relatório, chama relatório de comissionamento ambiental e que inclusive tem que ser avaliado a condição dos acessos ao término das obras, então é compromisso do empreendedor fazer o levantamento antes e ao entregar a obra, a empreiteira ela tem que deixar os acessos em condições no mínimo iguais antes da obra e isso vai ser acompanhado e monitorado pelo IBAMA também, tá bom?

P/Mestre de Cerimônias – Registramos e agradecemos a presença do vereador senhor Evandro da Silva Leandro de Rio dos Bois, registramos e agradecemos também a presença do vereador Iran Cantuário da Silva, também de Rio dos Bois, obrigada.

P/Presidente – Obrigado pela presença. Passando agora a pergunta para o Marcelo Gris, portal Guarai Notícias? Vai fazer a pergunta oral.

P/Marcelo Gris – Boa noite a todos. Eu tenho algumas perguntas, aí vocês preferem que eu faça uma de cada vez ou todas de uma vez? Todas de uma vez né? Bom, a primeira delas é como que se definiu essa questão das cidades para a realização das audiências, porque foi escolhido Guarai? Porque foi escolhido as duas cidades do Pará? A gente queria entender melhor como foi essa escolha. Como que serão distribuídas essas oportunidades de trabalho né? Nas apresentações se falam em 7.800 postos, de que forma isso vai ser distribuído? E se Guarai foi escolhida para a Audiência eu queria entender porque ela não foi escolhida para encantar aí um canteiro de obras né, fica essa dúvida né, a gente tem a cidade como polo de audiência e ao mesmo tempo não como polo de canteiro de obras. E por último, a gente sabe que teve um outro empreendimento que, também estrangeiro, um investimento de capital estrangeiro, que não foi realizado nessa região. Quais as garantias que a Sterlite oferece de que vai fazer essa obra. Porque se criou muita expectativa né, a população espera, o nosso curso da energia também espera, então a gente quer saber, as empresas tem garantias pra oferecer de que vai fazer esse serviço, obrigado.

P/Presidente – Obrigado pelas perguntas, Marcelo. Eu vou responder as que tem relação com a Audiência Pública. Aí, depois, o pessoal da Sterlite responde sobre geração de empregos e definição de canteiro. Não existe um critério único para definição do local de Audiência Pública. A primeira coisa, a cidade tem que ter uma estrutura mínima, um auditório, os serviços, tem que ter um lanche, tem toda essa estrutura, de filmagem e tal, que a cidade tem que oferecer. E uma coisa que eu olho assim, é mais ou menos uma eco distribuição ao longo da linha, então a gente fez o Pará como são municípios maiores, o deslocamento é mais difícil, o que a gente faz em uma cidade, mas a gente espera que você tenha público de todas as cidades próximas. Então a gente define em tese, Guarai tá representando essa Audiência aqui, todas as cidades impactadas no Tocantins deveriam estar representadas aqui hoje. Então o convite é feito, a Sterlite, ela tem um plano de comunicação para divulgar o evento e até dar transporte para quem quer vir de outros municípios, então dar essa estrutura

para o pessoal vir. Então a escolha foi uma coisa meio assim, uma eco distribuição, que tanto quem tá lá mais perto do Araguaia, quem tá lá mais perto de Miracema, você consegue vir mais menos no meio, mas não é um critério exato. Isso a gente utilizou nesse processo, e o Pará por ser uma região de acesso muito mais difícil, as estradas lá são péssimas, então a gente fez duas, mais ou menos distribuídas para permitir um acesso melhor, tá? Não tem relação nenhuma de Audiência Pública com escolha de canteiro, o canteiro é uma decisão da empresa e eles, o Jell pode falar melhor sobre se tem algum, quais critérios que eles utilizam. Eu acho que da minha parte era isso. Qualquer coisa, aí depois se ficar alguma dúvida a gente fala mais.

P/Jell Andrade – Tá ok. Marcelo, eu vou tentar responder algumas questões, com relação primeiramente a questão dos empregos, ok? Eu mencionei que no pico dos trabalhos nós deveríamos ter na ordem de 7.800 pessoas trabalhando no projeto. Não quer dizer que vão ser 7.800 novas vagas ou novos postos de trabalho. Eu vou explicar porque. Na realidade, primeiro ao longo da execução de um projeto de uma linha de transmissão nós temos várias vezes, a primeira fase é a fase de supressão, a grosso modo é a fase de supressão vegetal, você vai fazer os acessos, você vai limpar a faixa de servidão, enfim, você tem esse como uma das principais atividades. Logo em seguida vem à fase de construção, de escavação das fundações. Então, eu estou falando isso, porque, pra cada fase você tem uma necessidade de mão de obra diferente. Depois da fase de fundações, você vem à fase de construção ou montagem das torres, e finalmente do lançamento de cabos. Em cada uma dessas fases, como eu falei, a necessidade de qualificação de mão de obra é diferente e quanto mais à gente vai para o final do projeto, o maior nível de qualificação é exigido então a empresa, as empresas, não só a Tabocas, mas a SBEI e SK e a SAE Towers ela tem já um contingente de pessoas altamente qualificado, treinadas e que fazem parte do quadro da empresa durante anos e são essas pessoas, uma parte delas, vão vir trabalhar também, então não vão ser os 7.800 novos postos de trabalho. Uma parte vai ter que ser preenchida por pessoas que já fazem parte dos quadros de trabalhadores das empresas. Dito isso, nós vamos estar distribuindo né, a distribuição, na realidade ao longo dos canteiros e ao longo dos municípios, então todos os municípios vão ter a mesma oportunidade de colaborar com a sua força de trabalho local para o empreendimento. Logicamente a ideia nossa é fazer um levantamento das necessidades, certo, ao longo de toda a linha de transmissão, então são quase 1.000 km e aí nós vamos ter, atuar junto aos municípios pra verificar quais são as pessoas que teriam disponibilidade para trabalhar, disponibilidade e o mínimo de formação ou qualificação, nós vamos então fazer um cruzamento das informações e estabelecer um processo seletivo e depois um processo de qualificação da mão de obra. Então esse é um trabalho, também é um compromisso, é um compromisso que está no RIMA, é um compromisso que a gente assume diante da sociedade, diante do órgão licenciador e isso nós vamos implementar e da mesma forma que a gente já falou em Novo Repartimento e em Curionópolis, nós vamos convidar a municipalidade para fazer um monitoramento da evolução, certo, das pessoas que vão se candidatar, que vão ser efetivamente contratadas ao longo da execução do projeto, com acompanhamento do IBAMA, tá ok? Essa é a questão do trabalho. A questão que o Flávio já falou onde tá sendo feita a audiência e onde tem canteiro, na realidade um dos pontos básicos do processo de licenciamento é a gente causar o menor impacto possível, seja no Meio Ambiente seja nos aspectos também sociais. Então a gente teve por premissa já utilizar os canteiros existentes sempre que possível, então é um ponto em que não tinha nenhum canteiro aqui, enfim e isso não é uma prerrogativa, vamos colocar dessa forma, uma prerrogativa é a gente causar o menor impacto possível e utilizar os canteiros onde eles já eram existentes. Além disso, logicamente nós temos um plano de ataque de construção, então em cada uma das fases, na fase de Xingu até o rio Itacaiúnas e depois na fase do rio Itacaiúnas até aqui, nós temos

quatro frentes de ataques em cada um desses trechos. E os canteiros vão ter que estar suportando, vão ter canteiros principais e canteiros secundários que vão estar suportando essas atividades. É mais uma questão de logística pra distribuição dos materiais e para a mão de obra ao longo da execução do projeto. E depois, a outra pergunta é referente às garantias de execução, bom, eu não posso logicamente falar de forma nenhuma nem tenho esse interesse com relação ao que aconteceu. Então, eu costumo dizer sempre, a gente não consegue mudar o passado, mas a gente consegue fazer um futuro melhor, e a Sterlite ela veio para o Brasil, ela antes de chegar aqui, ela fez um planejamento em mais de cinco anos, ela é a maior empresa de transmissão de energia privada na Índia, ela faz parte de um grupo que chama-se Vedanta, que é um grupo de mineração bastante importante também. A Sterlite tem atividades na produção de cabos condutores, então nós produzimos o nosso próprio cabo condutor e ela tem um plano de investimento no Brasil na ordem de 5 bilhões de dólares, até agora nós conseguimos 2 nos leilões que participamos. Então é um plano muito consequente, a Sterlite assumiu vários compromissos a nível do governo brasileiro, e temos trabalhado muito fortemente com todos os bancos dentro do território nacional pra suportar as nossas atividades. O primeiro projeto nosso que é o projeto de Arcoverde em Pernambuco, nós vamos estar entregando o projeto com quase 30 meses de antecedência em relação ao prazo da ANEEL, ou seja, está no DNA da empresa cumprir aquilo que ela promete e de forma antecipada, ok?

P/Presidente – Pode seguir? Senhor Olívio Francisco dos Santos, secretário de administração em Rio dos Bois.

P/Olívio – Boa noite, meu nome é Olívio Francisco, faço parte da administração de Rio dos Bois e na verdade eu teria quatro perguntas, duas delas já foram respondidas pela pergunta do colega Marcelo e eu me dou por satisfeito. Porém há duas que eu creio pertinentes para o momento. O licenciamento da obra exige a empresa de licenciar ou de ter, de obter a certidão de uso e ocupação do solo do município? Deixa eu fazer logo a segunda, enquanto você responde essa, eu vou me lembrar da outra.

P/Interlocutor não identificado – A resposta é não, um dos documentos fundamentais pra poder obter a licença é ter a certidão de uso de solo da prefeitura.

P/Olívio – Correto, a outra pergunta é a seguinte, há previsão de início de obra no trecho entre Guarai e Miranorte?

P/Jell Andrade – Então, talvez eu vou pedir aí o nosso colega da Tabocas que possa trazer um pouco mais de clareza sobre essa questão. Nós vamos começar o empreendimento, a construção, passado realmente por todo o processo de licenciamento e quando a gente obter a licença, em abril de 2019, aí logicamente nós vamos estar executando de abril de 2019 até junho de 2020. Agora, a data exata ou próxima que nós vamos estar passando no trecho de Guarai e Miranorte não sei, talvez o Emerson, você pode falar a respeito, por favor? Pode dar o microfone pra ele lá? Ok, obrigado.

P/Emerson – Boa noite a todos. Antes de mais nada, tem que acontecer todos os processos do licenciamento, e considerando que está previsto para início de abril, nós temos que dar início às instalações, a mobilização e as atividades devem, vão começar por Miranorte. Como o Jell explicou, eu dividi a obra em quatro gerências, eu vou ter uma gerência em Miranorte que vai atuar no canteiro de Miranorte, em Fortaleza de Tabocão e no de Colmeia. O meu canteiro principal vai ser em Miranorte, embora os demais vão ter depósito de material e o

início da obra será em Miranorte, sentido Fortaleza. E Colmeia têm outra dificuldade, que eu tenho que atacar também antes do período de chuva devido o terreno mais acidentado e tal, então a estratégia nossa a partir de maio é iniciar em Miranorte, ok?

P/Jell Andrade – Obrigado, Emerson?

P/Presidente – Agora tem, escreveu duas vezes, não sei se ele tem duas perguntas, é o Júlio de Amaral, que é de Parauapebas, tá aí? Se for duas perguntas, você já faz.

P/Júlio do Amaral – Eu gostaria de saber, pra nós fazermos o cadastro, a parte das empresas que prestam serviço, nós estamos no Maranhão e no Pará. Nós gostaríamos de prestar serviço, onde nós poderíamos se dirigir pra fazer o cadastro com as empresas que vão tocar o trecho de vocês aqui no Tocantins.

P/Presidente – Só essa?

P/Júlio do Amaral – Só.

P/Jell Andrade – Tá bom. Júlio, como você já fez essa pergunta antes, fica mais fácil até de responder. Bom, na realidade como você sabe o cadastro tem que ser feito para o tipo de empreiteira que você tem, junto às empresas que vão estar construindo pra nós, no caso aqui na região aqui no Tocantins é a Tabocas. Você pode, agora que você já sabe, conhece o Emerson, você pode se dirigir diretamente a ele e já encaminhar os contatos comerciais, ok?

P/Presidente – Mais uma pergunta oral, é Belmivan Portilho. Belmivan, é isso? Da Prefeitura Municipal aqui de Guaraí, vai fazer pergunta oral.

P/Belmivan Portilho – Eu gostaria de saber, mas, é... Na verdade só pra tirar uma dúvida, foi falado na área de domínio do trecho que tá, que vai ser designado como servidão, área de servidão, nesse sentido os municípios deixam de arrecadar o imposto de transmissão de bens e imóveis, o ITBI, já tendo em vista que na empresa não vai comprar ou comprar esses imóveis, ficar dono do imóvel. Como é que será feita a avaliação desses imóveis, já que ela não vai ter avaliação de um profissional dos municípios, ou seja, das prefeituras, e como será tratada essa indenização direta da empresa com os proprietários rurais?

P/Jell Andrade – Senhor Belmivan, é isso? Senhor Belmivan, na realidade é o seguinte, a Sterlite, ela contratou algumas empresas que são especialistas na área fundiária. Aqui, na região do Tocantins, a empresa que tá a cargo de fazer esse trabalho, é a empresa ETS, que já atua também na região já há bastante tempo. Então existe todo um processo de levantamento de valores fundiários da região, isso é feito de acordo com normas estabelecidas, de acordo com as normas brasileiras e esse processo é aplicado nessa avaliação, levando em consideração vários aspectos, desde a terra nua, considerando também todas as benfeitorias que existem nas propriedades, na área que vai estar sendo impactada pela linha de transmissão, a área de servidão, tanto as benfeitorias produtivas como as plantações, ou área de pastagem, como as benfeitorias improdutivas como casas, curral, o que seja, o que esteja sendo afetado. Há um levantamento detalhado disso aí em função de acordo com a normalização existente, é feita uma avaliação de acordo com os valores também de mercado e isso depois é discutido e apresentado ao proprietário impactado, caso a caso, o que enfim, como a gente fala, só pra dar um exemplo, você pode ter uma propriedade de um hectare e estar passando por uma linha de

transmissão em cima. Você pode ter uma propriedade de 40 hectares e estar passando também com a linha de transmissão em cima, mas nos fundos e não na frente, por exemplo, e todos esses aspectos são levados em consideração nas avaliações que vão ser feitas e encaminhadas de forma muito transparente junto aos proprietários, de forma individual.

P/Presidente – Respondido?

P/Jell Andrade – E só mais um ponto como o senhor mesmo disse né, não há transferência de propriedade, realmente não tem como porque falar da questão do imposto de ITBI, ok?

P/Presidente – Vamos lá, senhora Maria José Lopes da Silva. Eu vou fazer a pergunta ou a senhora? Tá, vamos lá. Em relação a empregos, como o cidadão Guaraiense poderá conseguir uma vaga nas empresas da linha de transmissão?

P/Jell Andrade – Dona Maria, boa noite, como eu tinha respondido, na realidade nós vamos fazer um levantamento da necessidade da empresa ao longo das várias fases do projeto e depois nós vamos junto aos municípios buscar através dos meios que os municípios possam disponibilizar a um cadastro das pessoas que vão se candidatar às vagas, e aí nós vamos implementar um processo seletivo, visando atender às vagas que vão estar abertas em cada um dos municípios, então assim, todo mundo vai ter que esperar um pouco, porque estamos ainda em um processo de licenciamento ambiental, mas quando o projeto tiver já a sua licença concedida, aí mesmo antes disso acontecer, a gente vai fazer um trabalho de preparação através dos nossos empreiteiros, através dos nossos parceiros, como a Tabocas, pra atuar em cada um dos municípios e fazer a coleta dos nomes das pessoas que podem vir a atender e a preencher as vagas que serão abertas, ok?

P/Presidente – Vamos lá, Donizete Medeiros, eu posso ler? Vamos lá. Com relação à linha de transmissão que passar na reserva das fazendas, o proprietário poderá utilizar essa linha mesmo passando pela reserva? E o proprietário da fazenda poderá também utilizar essa reserva? Essa reserva legal né?

P/Michael Goulart – Senhor Donizete né? Olha senhor Donizete, você perguntou se o proprietário, ele pode usar a linha passando pela reserva, eu não... (ininteligível) onde tá o Donizete? Passa o microfone, eu acho que é melhor.

P/Donizete Medeiros – Boa noite de novo, a minha pergunta é se... Foi dito aí que as pessoas vão poder usar o terreno onde passa o linhão por cima, pode usar por baixo. A minha pergunta se quando é reserva, que o proprietário da fazenda quando é reserva tem uma parte da porcentagem que não pode ser usada, se a partir de quando passar a linha, aí às pessoas vão poder usar o terreno que era reserva no caso, se ele passa a ser de utilidade do proprietário.

P/Michael Goulart – Tá, então vamos lá. A reserva legal é uma obrigação do proprietário, se por acaso houver interferência na sua reserva legal e essa reserva legal tiver que ser realocada para outra área, se ela tiver que ser realocada para outra área, ou seja, embaixo do cabo não for mais reserva legal e a vegetação eventualmente tiver que ser cortada, você pode dar uma utilização dentro dos usos que são permitidos, então culturas baixas, pastagem, etc. Desde que aquela área que era reserva ilegal esteja realocada para outra região na sua propriedade ou fora como o Udo explicou aí não tem problema utilizar não, tá? Quer complementar Udo?

P/Presidente – Só reforçando, vamos supor que você tem um trecho de mata, aí eventualmente se for realocado vai ser só a faixa, aquela faixa pequena que foi desmatada, então não adianta a gente usar o que sobrar.

P/Interlocutor não identificado – É, complementando o que o Flavio tá falando, isso é muito importante, quando o Jell explicou, a faixa de servidão, é a área onde será construído o empreendimento, tá certo? Dentro dessa área a gente vai ter as praças de torre onde vão ser implantadas as torres e as áreas entre torres que a gente chama de vão. Aquele vão, ele não precisa ser suprimido, a vegetação não precisa ser cortada. De maneira geral, o que se corta de vegetação quando é necessário, é alguma coisa entre 5 a 10 metros, não vai suprir, não vai cortar os 116 metros não, tá bom?

P/Presidente – Vamos lá, senhora Kelly Bezerra de Guarai? Kelly? Saiu? Vamos passar. Antônio Luiz Pereira Alves, fazenda São Bento em Guarai. Quer que eu leia? Como fica a questão da manutenção, a manutenção da linha.

P/Jell Andrade – Senhor Antônio, senhor Antônio? Ah, ok. Então na realidade o seguinte, a concessão é dada por um período equivalente a 30 anos, durante esses 30 anos. O empreendedor que a Sterlite Power, ela é responsável pela operação e manutenção da linha. Na realidade nós temos algumas formas de fazer ou a gente pode nós mesmos termos a nossa própria equipe e aí a gente vai ficar responsável direto pela manutenção ou nós podemos também lançar mão de outros empreiteiros ou subcontratados pra poder fazer esse trabalho. Agora, é um trabalho que tem a manutenção das subestações e tem a manutenção das linhas com um departamento específico pra poder fazer esse tipo de atuação. Eu não sei se o senhor tem alguma dúvida mais específica, mas de forma geral é isso que acontece, não tem assim um contingente muito grande de pessoas nesse período ou a gente espera que não tenha também muitas ocorrências, porque isso tem um impacto grande aí para a empresa. Os meus colegas querem falar alguma coisa?

P/Michael Goulart – Senhor Antônio, só complementando, basicamente além das subestações, como o (ininteligível) falou, que tem que ter uma supervisão constante, são duas atividades de manutenção durante a operação, a primeira atividade é a manutenção da faixa de servidão, então naqueles trechos onde às vezes a vegetação ela cresce muito, ela tem que ser mantida em níveis que sejam compatíveis em segurança com a linha, esse é um primeiro aspecto, o outro aspecto é que todos os acessos que são utilizados para a fase de operação, eles têm que ter um monitoramento constante, porque a gente sabe que esses acessos muito provavelmente também são utilizados pela população, então são essas duas questões. E lembrando também o seguinte, o plano básico ambiental, ele é apresentado para a fase de instalação, antes de começar as obras né, o empreendedor tem que executar todas aquelas medidas e quando se solicita licença de operação, a gente apresenta também algumas propostas para o IBAMA e, de maneira geral, o IBAMA nos solicita que consolidem essas propostas, exatamente de cuidados na manutenção dos acessos, eventualmente áreas que ainda não estão totalmente recuperadas para que elas sejam recuperadas, um outro programa, chamo programa de gestão ambiental da operação, então assim, se essa é uma preocupação do senhor, isso estará dentro do licenciamento. Não é porque a empresa recebeu a licença de operação que ela se exime de cumprir com o cuidado ambiental e também na relação com a comunidade, tá bom? Sim, lembrando aqui o seguinte, o contato com a população dentro do programa de comunicação social, ele é constante e permanente ao longo da vida útil do empreendimento. Esse 0800 que tem aí no folder, que você certamente pegou ali na

entrada, ele é constante e permanente ao longo da vida útil do projeto, tá bom?

P/Presidente – Respondido? Vamos lá, senhor Gledson Costa Ferreira. Gledson? Não tá aí gente, Gledson? Vou passar. Mario Lopes dos Santos de Guaraí, tá aí? Eu passo ou o senhor faz? Vamos lá. Devido ser uma rede paralela, uma ao lado da outra, isso pode gerar alguma indução ao trânsito, é isso? Alguma indução ao trânsito embaixo quanto aos animais e pessoas. Caso ocorra um rompimento do cabo condutor, se tem algum dispositivo para que não caia energizado?

P/Jell Andrade – Alô. Como eu expliquei, as distâncias, elas são consideradas de forma, distância agora que vou mais precisamente entre o cabo e o solo né, elas são consideradas justamente para minimizar qualquer tipo de indução ou qualquer tipo de situação que possa ocorrer, que venha a afetar as pessoas ou o uso até de implementos agrícolas como eu já mostrei na figura, de baixa estatura. Evidentemente você não pode estar caminhando ali com um guindaste de alta estatura que isso aí efetivamente é proibido e realmente pode causar algum problema. Mas o uso de máquinas agrícolas no tamanho normal, não é, como tratores, por exemplo, é permitido, não tem nenhum problema e não tem nenhuma indução ou causa, ou indicação que venha causar algum tipo de problemas para as pessoas ou para os animais. Isso é, existem estudos disso no mundo inteiro já demonstrando esse tipo de situação. Com relação a rompimento de cabo né, logicamente a gente não espera que isso venha ocorrer, seria uma situação bastante complicada, mas logicamente isso pode acontecer de uma quebra de uma torre ou em um acidente qualquer, e havendo isso existe um sistema de proteção na linha de transmissão e nas subestações em que você tem a transmissão de sinais, de comunicação e a gente faz o monitoramento da energia que é transmitida e ao longo de toda a vida útil do projeto. Ou qualquer intercorrência que ocorrer ou que venha a interromper o fluxo, isso automaticamente gera um sinal e que vai ser absorvido pelo sistema de proteção e controle das linhas de transmissão e das subestações e vai ser desligado praticamente em tempo mínimo a energia na linha, tá ok? Existe todo um sistema de proteção pra isso.

P/Presidente – Respondido? Vamos lá. Eu vou passar a pergunta. Aqui é sobre o mesmo tema, José Ferreira Neto de Guaraí pergunta qual é a altura da linha de transmissão, se tem algum perigo para os animais.

P/Jell Andrade – Ferreira Neto. Então, a altura da linha de transmissão que eu falei, existem regras pra poder, pra gente poder justamente evitar qualquer tipo de interferência, não sei Wilson, você tem a altura média de cabo solo, não?

P/Wilson – (ininteligível) 6,5... 6,5 metros...

P/Jell Andrade – Desculpa, a altura das estruturas, eu entendo que a altura das estruturas.

P/Wilson – A alturas das estruturas pra evitar qualquer tipo de indução, 6,5 metros entre a torre e o... A parte viva.

P/Jell Andrade – Altura do solo até?

P/Wilson – Do cabo até o solo.

P/Jell Andrade – No mínimo 6,5 metros.

P/Wilson – No mínimo 6,5 metros, não tem nenhum perigo de indução.

P/Jell Andrade – Ok, mas vai tá acima disso aí né, muito acima disso.

P/Wilson – Tá bem acima disso e o sistema é, ele tem um sistema de proteção que é contrapeso, que é o aterramento das torres.

P/Jell Andrade – Ok.

P/Presidente – Tá respondido? Vamos lá. Perguntando, a última pergunta tá? Se mais alguém quiser se inscrever, depois dessa aqui a gente encerra. A senhora Samara Morais Rádio Facial, tá aí? Samara? Ah, você, vamos lá. Eu faço ou você faz? Vamos lá. Vai haver oportunidades de emprego, e vai contratar muitas mulheres?

P/Jell Andrade – Bom, como eu falei, nós vamos ter, aproximadamente no pico, 7.800 pessoas trabalhando, logicamente isso aí vai aumentando ao longo do tempo, até chegar em um determinado momento que atinge a quantidade máxima de pessoas trabalhando, depois isso diminui e as oportunidades de emprego vão ser geradas ao longo da execução do trabalho. A questão do emprego de mulheres, logicamente isso junto com os nossos empreiteiros, vai ser visto de uma forma bastante equilibrada no sentido de estar dando a oportunidade a todo mundo que possa trabalhar, independentemente de sexo. Lógico, existem funções em que as mulheres ou os homens vão se candidatar mais ou menos em função das aptidões de cada um, mas vai ser dada a oportunidade para todo mundo, mesmo para trabalhos, às vezes trabalhos mais braçais, vamos dizer assim né.

P/Presidente – Respondido? Mais alguém pra inscrever? Não? Pessoal da Ambientare?

P/Interlocutor não identificado – Bom, Flávio, queria rapidamente, antes de proceder com o encerramento, só agradecer muito aí no nome do Fábio, toda a equipe da Arte Final pela excelente condução aí, profissionalismo não só nessa Audiência Pública, mas como também nos outros dois eventos, tenho certeza que nos facilitou muito aí o trâmite, organização e execução bem sucedida como nós estamos vendo hoje e também vimos nos outros dois dias, obrigado Fábio.

P/Jell Andrade – Ok e do meu lado em nome da Sterlite, além de agradecer a todos os senhores e senhoras que estão aqui hoje nos prestigiando com a sua presença e com os questionamentos que foram levantados, eu gostaria de agradecer imensamente ao pessoal do IBAMA pela excelente condução das três audiências e todas as pessoas que nos auxiliaram para chegar neste momento, o pessoal da Ambientare, os nossos parceiros aí na construção, a Tabocas, a SBEI e SK e a SAE Towers, além de todos os nossos colaboradores diretos que nos auxiliaram nesse momento. Agradecemos muito a todos, tenham uma excelente noite.

P/Presidente – Eu vou fazer o encerramento oficial agora da Audiência, eu solicito que a senhora Prefeita, o Presidente da Câmara e o Prefeito de Itaporã, se puderem aguardar uns dez minutinhos só para assinarem a ata com a gente, por favor, tá? (ininteligível) também tá aí né? Se ele puder ficar pra assinar a ata com a gente também, tá joia? Vamos lá, não tendo mais questionamentos, os documentos aqui protocolados, os questionamentos apresentados, a fita de gravação, a ata sucinta aqui lavrada e a ata transcrita, de acordo com o regulamento em seu artigo 5º, 12 e 13, serão incorporados ao processo de licenciamento ambiental da linha

de transmissão 500 kV Xingu Serra Pelada circuitos 1 e 2, Serra Pelada Miracema circuito 1 e 2, Serra Pelada Itacaiúnas circuito 1 e subestação 500 kV Serra Pelada. Às 22h20m do dia 29 de novembro de 2018, eu Flavio Luís de Souza Silveira, representante do IBAMA declaro essa Audiência Pública válida para fins do processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão em 500 kV Xingu Serra Pelada circuitos 1 e 2, Serra Pelada Miracema circuito 1 e 2, Serra Pelada Itacaiúnas circuito 1 e subestação 500 kV Serra Pelada. Boa noite a todos, muito obrigado pela participação dos senhores e senhoras. [aplausos]